

**Comissão de Inquérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao Processo que Conduziu à Aplicação da Medida de Resolução e às suas Consequências, nomeadamente quanto aos Desenvolvimentos e Opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco**

19.<sup>a</sup> Reunião  
(17 de dezembro de 2014)

---

**SUMÁRIO**

O Presidente (Fernando Negrão) deu início à reunião às 16 horas e 12 minutos.

O Dr. Pedro Mosqueira do Amaral (ex-Administrador Não Executivo do Banco Espírito Santo e Membro do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo), após uma intervenção inicial, respondeu aos Deputados José Magalhães (PS), Cecília Meireles (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Mariana Mortágua (BE) e Paulo Rios de Oliveira, Clara Marques Mendes e Pedro Saraiva (PSD).

O Presidente encerrou a reunião eram 19 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Srs. Deputados, está aberta a reunião.

*Eram 16 horas e 12 minutos.*

Tem hoje lugar a audição do Sr. Dr. Pedro Mosqueira do Amaral, que fará uma breve intervenção inicial.

Queria chamar a atenção dos Srs. Deputados, embora o Sr. Doutor o vá dizer também na sua intervenção inicial, conforme me transmitiu, que a sua primeira língua, a profissional, é o alemão e a segunda língua o inglês, embora fale bem português. Se porventura houver algum pequeno lapso, fica esta nota para compreensão dos Srs. Deputados e de todos os que estão a assistir a esta audição.

Para fazer uma intervenção inicial, tem a palavra o Sr. Dr. Pedro Mosqueira do Amaral, que cumprimento.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral** (ex-Administrador Não Executivo do BES e Membro do Conselho Superior do GES): — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Comissão de Inquérito, Dr. Fernando Negrão, Ex.<sup>mos</sup> Srs. Deputados, agradeço a possibilidade de colaborar no esclarecimento dos motivos, razões e circunstâncias que conduziram ao colapso do Grupo Espírito Santo e do Banco Espírito Santo, embora receie poder acrescentar pouco ou nada ao que tem sido veiculado pelos protagonistas e pela comunicação social.

Lamento, desde já, em meu nome pessoal e em nome da família que represento, os prejuízos materiais e os danos morais causados a todos os afetados por esta tragédia. Aliás, a minha família foi substancialmente lesada por este acontecimento.

A minha relação com o BES remonta a 1997, quando ingressei no Banco como quadro técnico.

Desde 2001, tenho desenvolvido atividade profissional na Alemanha, junto de um escritório de representação do Banco. Pessoalmente, tratava da colocação das emissões de dívida do BES junto de bancos alemães e mantinha contactos com os principais bancos e empresas alemãs.

De 2006 até hoje, assumi a gerência da sociedade BES Beteiligungs GmbH, com sede em Colónia, onde resido e trabalho ainda hoje. Esta empresa é detida, hoje em dia, a 100% pelo Novo Banco.

De facto, cresci e estudei na Alemanha, onde os meus pais encontraram refúgio depois do 25 de Abril de 1974.

O meu pai, Mário Mosqueira do Amaral, falecido em março deste ano, era acionista, fundador do Grupo Espírito Santo e membro do Conselho Superior.

O meu pai desempenhava funções profissionais no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa ainda antes do 25 de Abril, onde teve uma carreira exemplar.

Infelizmente, o meu pai viu-se obrigado a abandonar as funções de administrador do BES em 2008 e, gradual e paulatinamente, nas demais empresas do Grupo.

Pese embora a sua extraordinária força anímica, o meu pai não conseguiu resistir a uma doença degenerativa que o consumia desde o ano de 2004.

Assim, em 2008, fui nomeado administrador não executivo do BES, praticamente em representação, se assim se pode dizer, da família Mosqueira do Amaral enquanto acionista do Grupo.

Fui nomeado, bem assim, para alguns outros lugares de administração de carácter não executivo junto de outras empresas do Grupo e do BES.

Em finais de 2011, passei a integrar o Conselho Superior do Grupo Espírito Santo — como sabem, é um órgão não oficial — juntamente com o meu pai. Esta integração vem na sequência da abertura do Conselho Superior a novos membros, às gerações mais jovens. Era o meu pai que mantinha o direito de voto. Só em março de 2014, após a morte do meu pai, é que eu passo a ter o direito de voto, quer dizer, muito recentemente.

A doença do meu pai impediu-o, progressivamente, de intervir e equilibrar o balanço de poder na liderança do Grupo. Houve, por isso, há já alguns anos um afastamento da nossa família dos centros de poder.

Infelizmente, não conseguimos manter a obra que o meu pai ajudou a construir. No entanto, tudo farei para preservar a sua honra, a dignidade que sempre emprestou à sua atuação e a sua memória de homem bom, amigo e respeitador de todos, do mais humilde ao mais poderoso.

Dito isto, embora tendo alguma dificuldade de expressão na língua portuguesa, estou à disposição das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados para responder às questões que entendam colocar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, agradeço a sua exposição inicial, que já está, com certeza, nos *e-mails* das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados.

Vamos, então, dar início às perguntas.

Começo por dar a palavra ao Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Mosqueira do Amaral, gostaria de o cumprimentar e de dizer que a sua exposição inicial ajuda a situar os termos em que teve intervenção na evolução da crise. Mas,

realmente, a crise desenvolve-se em muitas fases, uma vez que há factos anteriores ao chamado «período crítico», que é o período que, embora tenha antecedentes, começou em 2008 e se desenvolveu em 2011, e depois há toda a história das contas de 2013.

Gostaria que se situasse nestes domínios. Tanto quanto percebi, situava-se fora, uma vez que estava na Alemanha e tratava da colocação de dívida. Seria capaz de ser um pouco mais preciso sobre essa matéria?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Claro que sim. Comecei no Banco Espírito Santo em Lisboa em 1997. Depois de ter estado num banco alemão, fui convidado a vir como técnico do departamento financeiro do Banco Espírito Santo.

Comecei a minha carreira no Banco Espírito Santo na dívida pública portuguesa. Quer dizer, era *market maker* para a dívida pública portuguesa.

Pedi para sair porque queria ter outras atividades. Então, fui para a Alemanha, onde havia um escritório já há muito tempo — não sei dizer as datas — de representação para a emigração em Frankfurt. Decidimos fechar esse escritório de representação e abrir um escritório de representação em Colónia, onde eu sempre vivi, para ver quais eram as atividades que podíamos ter na Alemanha.

No escritório de representação na Alemanha, o meu encargo era o de, praticamente, encontrar clientes para Portugal estar ao lado das empresas que estão interessadas em vir para Portugal e manter a comunicação com os principais bancos da Alemanha, que também são bancos importantes para o nosso País.

O que quis dizer com a colocação de dívida foi o seguinte: quando era emitida dívida normal do Banco Espírito Santo, tentava também colocar essa dívida perto dos bancos que conhecia na Alemanha. Foi só isso,

praticamente... Eu só fazia o contacto e depois tudo era feito no departamento de estudos financeiros no Banco Espírito Santo, em Lisboa. Eu trazia os contactos e ia ver qual seria o interesse para os alemães se comprassem dívida portuguesa, dívida do Banco.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Reportava ao Dr. Ricardo Espírito Santo Salgado?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não. Sempre reportei ao Dr. Amílcar Morais Pires, que, desde o início, me ajudou no Banco. Sempre tive muita confiança nele, antes ainda de ele ser administrador executivo do Banco.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Talvez tenha formulado a pergunta de maneira imprecisa, porque não especifiquei qual era o período a que estava a aludir, uma vez que teve várias qualidades ao longo desses anos.

Estava, porventura, mais preocupado com o período posterior à sua assunção de funções como administrador do BES.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não percebi bem.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Quando assumiu as funções de administrador do BES, reportava ao Dr. Amílcar Morais Pires?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sempre tive mais contacto com o Dr. Amílcar Morais Pires.

Quando fui nomeado administrador não executivo do BES, perguntaram com quem queria ter contacto e eu pedi para ser com o Dr.

Morais Pires. Desde 1996/1997, reportei sempre ao Dr. Moraes Pires, porque a minha área também era a do mercado financeiro.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas não era um administrador não executivo dos que entram mudos e saem quedos, segundo o famoso dito de um dos administradores?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — O Sr. Deputado está a referir-se ao período a partir de 2008, quando fui nomeado administrador?

Bem, as minhas soluções eram na Alemanha. Era e sou gerente de uma empresa, na Alemanha, que pertence hoje 100% ao Novo Banco. Quer dizer que vinha a Portugal para os Conselhos de Administração do Banco Espírito Santo. Não tinha atividade diretamente com Portugal neste caso. No BES, não fui executivo e na Alemanha era e sou executivo. Não há administração numa GmbH, mas sou gerente, sim.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — A minha pergunta reportava-se precisamente à sua atividade quando vinha a Lisboa e no acompanhamento das questões gerais do BES.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — O meu acompanhamento era totalmente geral. Nunca participei em comités, nem em comités executivos, nem em comités de risco, nem em comités de ativos. Nunca participei em comités.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Significa, então, que as perguntas que vou fazer de seguida terão isso em consideração e visam basicamente conseguirmos perceber qual foi a sua perceção de que havia riscos de

implosão do BES e do GES por contaminação. Ou seja, em que momento é que percebeu que havia um problema sério e que problema? Foi no ano de 2013? Antes?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Fui nomeado para o Conselho Superior do Grupo no fim de 2011. Era um Conselho de cinco membros fundadores, com votos. Depois, foi aberto a novos membros, da nova geração, onde eu participei e entrei no fim de 2011, como membro mais jovem.

Apercebi-me de acontecimentos em que a base de capital do Grupo era reduzida, conforme também houve um aumento de capital em 2011, e aí uma pessoa apercebe-se que, de facto, não é reduzida. O GES não nadava em capital, logicamente, mas isso é diferente de uma falência. Não quero dizer, como não executivo e como não tive acesso ao dia a dia e às áreas operacionais, que o Grupo estava falido, mas nunca imaginei um buraco desta dimensão no Grupo.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Em que momento é que tomou conhecimento de que esse buraco era múltiplo, que havia auditorias indiciadoras e que havia protestos de pessoas ligadas ao Grupo, nomeadamente o Dr. Queiroz Pereira?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr. Deputado, tomei conhecimento praticamente em finais de 2013. Depois da ida do Dr. Pedro Queiroz Pereira ao Banco de Portugal, comecei a aperceber-me, de facto, que o problema era grande. Antes disso houve indicações, mas eram sempre rumores.

Depois de o Dr. Ricardo Salgado confirmar as falsificações das contas pelo contabilista fiquei mesmo assustado com isto tudo. Certezas só tivemos depois, em janeiro. O ETRICC estava desde dezembro, mas estive à espera de ver quais eram os resultados do ETRICC e da auditoria da KPMG e vim a ter a certeza em janeiro de 2014. Até lá, eu, como não executivo e como as reuniões que tínhamos eram raras, não eram reuniões constantes, tive de ter uma certa fé nos números que me eram apresentados. Pude acreditar, praticamente, nos números que me eram apresentados, porque no dia a dia não estava operacionalmente envolvido no Grupo.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Talvez o possa ajudar, colocando a questão de uma outra forma. Lembra-se de que, no fim do mês de outubro de 2013, um conjunto de membros do Conselho Superior conjugou-se para uma rebelião que durou 24 horas, na qual se propôs a substituição do Dr. Ricardo Salgado. No manifesto que escreveram, uma espécie de declaração dos aliados, eram anotadas enormes disfunções, reprovava-se a disputa com o Grupo Queiroz Pereira, havia alusão à calamitosa situação do BESA — com a identificação de factos de gestão ruínosa do próprio BESA, como dizia o manifesto —, que iria provocar avultados prejuízos ao GES e, portanto, envolvendo e comprometendo o próprio BES de que era administrador não executivo, mas responsável, como os outros, obviamente.

Qual foi o seu posicionamento face a esta tentativa de substituição da liderança do Dr. Ricardo Salgado? Foi contra? Neutro?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Desculpe, não houve, da nossa parte, uma guerra ao Dr. Ricardo Salgado. Estávamos preocupados e

todos, em conjunto, estávamos certos de que devia acontecer alguma coisa na *governance* e na sucessão.

De facto, houve uma reunião a 29 de outubro, em que o meu pai, o Comandante, o Dr. Manuel Fernández, com três votos, o Dr. Ricciardi e eu, sem voto, acordámos avançar com uma mudança de *governance* e convidar o Dr. Ricardo a demitir-se dos cargos. Isto porque acho que em todas as empresas tem de haver umas mudanças e foi mesmo por isso que houve uma geração nova, mais jovem, que veio para o Grupo Espírito Santo e que encontrou situações que tinham de ser resolvidas.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Pode descrever essas situações?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr. Deputado, quando é apresentado o facto de que as contas são falsificadas, quando é apresentado o facto de que há possibilidade de haver problemas num banco em Angola, logicamente que uma pessoa tem de agir.

Foram praticamente essas questões que metemos... Além disso, o facto de que havia uma *holding*, que não era operacional, sem contas consolidadas e sem transparência também foi muito importante para uma pessoa que estava a tentar gerir — não era gerir ativamente —, perceber a situação que tinha de colocar em questão.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Já agora, para que seja perceptível a nossa discussão, na informação e na resposta às perguntas que estou a formular está a aludir a qual das muitas sociedades *holding* do chamado Grupo Espírito Santo? A qual das sociedades *holding* está a aludir?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Houve um conselho superior, que foi um órgão não oficial para, como membros novos, percebermos o que se passava no Grupo. Depois de 2011, ter os anos de 2012 e 2013, claro que começámos a colocar em questão várias situações e a fazer várias perguntas sobre o que é que eram as contas... Depois, quando viemos a perceber que havia contas falsificadas, que não houve transparência para se perceber que havia essas contas falsificadas, fiquei um pouco chocado.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Está a aludir à situação na ESI?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Estou a referir-me à situação na ESI e na ES Control, no conselho do controlo superior. A ESI é o que vem automaticamente disso, porque a Control não era um órgão oficial, por baixo estava a ESI. Daí é que vieram as perguntas todas, logicamente.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Portanto, tinha conhecimento deles no ano de 2013?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Certo, em 2013, como já declarei, foi quando me comecei a aperceber da situação.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Gostaria de regressar a 2013, a 29 de outubro, e ao documento dos aliados só para que nos possa dar a sua versão, uma vez que temos várias contribuições, do que aconteceu e da razão pela qual a vossa operação foi abortada. Chegaram a um acordo em vez de fazerem a substituição?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Certo. A 29 de outubro de 2013 houve um encontro para ver quais eram os passos que tínhamos de tomar depois de sabermos que havia contas falsificadas, depois de nos apercebermos de problemas e depois de percebermos que o Dr. Pedro Queiroz Pereira esteve no Banco de Portugal por razões específicas. Encontrámo-nos e estivemos a ver, de entre várias possibilidades, como é que tínhamos de agir e qual era a nossa responsabilidade.

Normalmente, em todas as empresas, mundialmente, há uma responsabilidade. E depois quando, claramente, uma pessoa que esteve por detrás disso nos veio dizer que havia contas falsificadas, então uma pessoa tinha de reagir.

Porque é que isto não foi para a frente — está-se a referir diretamente à data de 7 de novembro? Não foi para a frente por várias razões. Foi concordado nessa reunião de 7 de novembro que, de facto, iria haver a preparação para a sucessão e para a *governance*.

Isso era um ponto claro. Decidimos que íamos começar com isso e para mim era muito claro que estávamos a andar no caminho certo. Era isso que tínhamos de fazer e foi isso que levou à situação de não irmos para a frente diretamente com o pedido ao Dr. Ricardo Salgado para se demitir. Houve duas razões concretas e duas condições concretas para dar o apoio: foi a *governance* e a sucessão.

Acreditei nisso, logicamente.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Em que é que isso se refletiu na gestão do BES, nas reuniões em que participou? Quais foram as consequências desse acordo para o funcionamento do BES e para a gestão das questões que estavam a cargo do BES?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Pode repetir a pergunta, Sr. Deputado?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Tendo examinado essas matérias no Conselho Superior, na tal reunião de 7 de novembro, entrámos num período de intensificação da discussão entre o Grupo e o Banco de Portugal, não foi?

Que informação é que tinha sobre essas instruções do Banco de Portugal, sobre as dúvidas do Banco de Portugal e sobre o retrato que o Banco de Portugal fazia nessa altura da situação do Grupo e do Banco?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Nunca tive um contacto direto com o Banco de Portugal. Não conhecia as instruções do Banco de Portugal, mas é um facto que o Banco de Portugal agiu de maneira a começar a proteger o Banco Espírito Santo.

O Banco Espírito Santo era uma instituição bastante importante para o País e para o mercado financeiro em Portugal e o Banco de Portugal teve de criar funções para proteger o Banco Espírito Santo. Mas as decisões no Grupo não eram as do Banco, o Banco tinha uma administração própria e tinha de agir pelos requerimentos que o Banco de Portugal pedia.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não acompanhou o Dr. Ricciardi nos seus esforços para disputar a liderança e para denunciar, inclusivamente ao Banco de Portugal, anomalias, disfunções, ilegalidades e até crimes?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Estive várias vezes, pessoalmente, com o Dr. Ricciardi, como amigo e como membro, também,

sem voto, no Grupo Espírito Santo. Falámos muito sobre essas situações, por isso é que houve essa reunião de 29 de outubro.

O Dr. Ricciardi também sempre me alertou e disse: «Olha, aconteceram aqui várias coisas, as falsificações de contas, que é empurrado para o Dr. Machado da Cruz..., que não pode ser..., houve várias situações...» Mas também tenho de dizer que tínhamos de tentar manter uma unidade no Grupo Espírito Santo durante estes tempos difíceis. Desde que houve o compromisso da mudança de *governance* e também de uma mudança na sucessão, nós tínhamos de dar tempo.

Tive conversas com o Dr. Ricciardi, e até agradeço muito essas conversas e por me ter alertado para várias situações, mas nunca comuniquei, nem nos *media* nem de outras maneiras, os problemas que poderiam existir.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Quando é que tomou conhecimento das conclusões da KPMG no âmbito do exercício ETRICC?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Foi em janeiro de 2014. Foi quando saiu o relatório, pelo qual eu sempre esperei para perceber o que se passava.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Face ao relatório, tomou uma decisão. Pedimos os documentos sobre as alienações de ações do BES e constatámos que o seu nome figurava entre as entidades que alienaram ações do BES em janeiro.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Absolutamente. Tinha ações do BES já há muitos anos. Estas eram ações que eu tinha há muitos

anos e que estavam com perdas. Sou do mercado de capitais e quando vi que as ações tinham subido, decidi vender, porque também precisava de capital. Ia haver um aumento de capital no Grupo e eu também precisava de capital. A venda das ações deveu-se apenas ao facto de o preço, para mim, estar numa situação que chegava sem perdas e sem ganhos — praticamente cheguei a zero, com uma perda ligeira com isso. Não foi porque eu podia prever alguma coisa! Fui administrador não executivo e um administrador não executivo não tem diretamente informações. Penso que, naquele tempo, ninguém imaginava aquilo que podia acontecer; ao contrário, o Banco, como foi dito, era um Banco estável, que estava a funcionar bem, que passou bem a crise. E eu tinha as ações há três anos e mantive-as com perdas grandes e, depois, quando chegou a um ponto, vi que já não tinha perdas e vendi-as, mas não houve nenhuma razão específica para isso a não ser que eu precisava de capital.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Portanto, havia regras sobre a gestão dos ativos, ou seja, nós vimos — foi terrível e provavelmente é um dos aspetos mais negativos deste processo — o verdadeiro massacre dos investidores, tanto dos que tinham investido nesse aumento de capital como de outros e que não venderam em tempo, pelo contrário até compraram a destempo, compraram fora do tempo, compraram num momento em que a própria administração já sabia que a situação era explosiva, ou melhor, que já tinha explodido.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Digo, claramente: eu tinha ações do BES e, mesmo como administrador não executivo, eu quando as vendi tive de avisar a CMVM por escrito. Não houve, de facto, nenhuma razão específica a não ser que o preço tinha atingido, para mim,

um *level* suficiente para as liquidar, não houve nenhuma outra razão para eu ter vendido ações. Absolutamente nada! Se eu não tivesse precisado de dinheiro, provavelmente tê-las-ia mantido, mas eu já tinha tido há muitos anos umas perdas com o BES e, depois, três anos antes dessa data, comprei novamente ações que foram muito abaixo e eu estava com perdas...

Sr. Deputado, queria dizer que a venda das minhas ações não tem nada a ver com alguma informação que eu tenha tido do Banco.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Estou só a tentar compreender e conjugar os dados que recebemos sobre as aquisições, que é uma longuíssima lista, como calcula, e, de resto, esta venda em janeiro é uma venda num tempo muito mais favorável, ou menos desfavorável para colocar a questão assim, do que as vendas que ocorreram... É um Banco que consegue diminuir 51% em poucas semanas, não é? Foi uma catástrofe...

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Desculpe dizer-lhe, mas as ações tinham subido e vieram a subir durante esses meses e depois chegaram a um *level* que, para mim, foi suficiente para eu não ter mais perdas com isso e decidi vender.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Fica registado em ata.

Gostava de deixar claro que esta linha de inquirição visa apurar o que o senhor sabia sobre aspetos que poderiam vir a ter repercussões graves e também que informação tinha sobre esses factos.

O senhor já referiu que as conversas com o Dr. Ricciardi não o levaram nem a sincronizar com ele, a alinhar com ele, por achar que era necessário tempo, mas verificou no mês de fevereiro e depois no mês de

março, certamente, que havia outros indicadores e mais informações, pelo que lhe pergunto que conclusões e que ações é que tomou face a isso.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Com o Dr. Ricciardi eu tive várias conversas e concordámos totalmente, como eu já disse, que se tinha de mudar alguma coisa no Grupo.

Em 7 de novembro, concordámos em dar confiança ao Dr. Ricardo, como eu já disse, com duas condições. E essas condições logicamente não são de um dia para o outro... Quer dizer, havia que dar tempo ao tempo para ver se algo mudava.

Depois veio o processo, bastante importante, do aumento de capital do BES. Esse aumento de capital do BES... Quer dizer, não se mete aqui uma grande onda e não se começam a colocar grandes problemas dentro do Grupo se há um aumento de capital, e o aumento de capital era fundamental para o banco e também como acionista para o Grupo.

Só depois do aumento de capital — e isso é normal — é que nós queríamos agir novamente, se nada mudasse, e foi o que tentámos, mas nós tínhamos de lhe dar esses meses para terminar o aumento de capital, que correu muito bem e graças a Deus não houve \\ali mais interferências no Grupo senão também tinha corrido mal.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Gostava que pudesse agora partilhar o que pensou e o que fez face a um aumento de capital que assentava num erro sobre os pressupostos, ou seja, estava a ser dada ao público informação que ocultava a falsificação de contas e as dificuldades da Rioforte e do conglomerado, do conjunto do Grupo, refletido na ESI e na ES Control.

Portanto, o público, e não só, os órgãos de soberania, o Sr. Presidente da República, o Governo, o Parlamento e os cidadãos tinham uma imagem errada da situação do Grupo. Portanto, apostou nisso.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não! O Presidente da República e toda a gente sabiam que havia um problema... Houve o ETRICC e em janeiro saiu a auditoria da KPMG, e eu também me baseei nisso... Agora, o Banco era uma situação diferente; era um banco saudável e tinha também o poder de fazer um aumento de capital, que foi muito necessário. Quer dizer, aqui uma coisa não está junta com a outra. Nós tínhamos um problema no Grupo, mas não podíamos afetar o Banco e foi isso, de facto, o que nós todos tentámos com o *ring-fencing*, com o aumento de capital e... Vamos lá ver, não seria necessariamente opondose, se o Grupo tivesse um problema, que o Banco tinha um grande problema.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Soube da carta do Dr. Ricciardi ao Banco de Portugal no fim de maio de 2014?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não soube dessa carta. Não sei que carta é que foi.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — É uma carta em que se remetia cópia da autoria, ou, melhor, da conversa entre a empresa de advogados do Luxemburgo, que era da ESI, e o Sr. Machado da Cruz.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Está a referir-se a uma carta que o Dr. Machado da Cruz... Eu não sabia diretamente dessa carta,

mas vim a saber que o Dr. Machado da Cruz, numa carta, admitiu ter falsificado contas. Foi isso que eu também vim a saber. E essa carta existia e nem era preciso o Dr. Ricciardi ter enviado isso a alguém. A carta, depois, ficou conhecida, não é?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Está bem, mas no ínterim estava um aumento de capital em curso...

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Penso que desde outubro que viemos a perceber quando nos foi dito pelo Dr. Ricardo Salgado que houve uma falsificação de contas pelo *commissaire aux comptes*, Dr. Machado da Cruz. Isso foi já em finais de outubro. Às contas da ESI... Quer dizer que até ao aumento de capital passaram uns meses. E sabia-se que houve falsificações de contas.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sabia-se, exceto os investidores que participaram no aumento de capital.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — No aumento de capital do Banco, não do Grupo.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas havia uma contaminação, o *ring-fencing* não funcionou...

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Bem, o Banco de Portugal também sabia das contas... Houve a auditoria da KPMG, houve o ETRICC e, portanto, já sabia das contas. Desde aí que houve falsificação

de contas de que terá sido dado conta ao Banco de Portugal — isso no início de 2014 ou já antes, provavelmente...

Eu também acreditei no *ring-fencing*. Acreditei! Como pode saber, se recebemos contas falsificadas e se, de repente, vimos que há ali um problema e se o Banco de Portugal está envolvido e é claramente... Bom, temos de ter um caminho transparente para o Banco de Portugal e transparente também para nós... Eu sempre quis transparência nisto tudo, e foi complicado! Mas, para mim, o *ring-fencing* estava a funcionar...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Infelizmente não funcionou e, aliás, nós ouvimos aqui já vários depoimentos sobre essa matéria.

Esteve de acordo com o plano que o Dr. Salgado apresentou no mês de abril para a sucessão e para a mudança da *governance*?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Do Banco Espírito Santo? De nomear o Dr. Morais Pires como CEO? Eu penso que eu estava de acordo com isso, sim, porque eu sempre tive respeito pelo Dr. Morais Pires e pela maneira de ele gerir o banco. Eu acho que ele tinha muita capacidade para isso, sim.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — E acompanhou esse processo que levou à não sucessão e compreende a razão pela qual ela não aconteceu?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Do que eu me apercebi foi que aquilo esteve no Banco de Portugal durante um tempo para ser decidido e as indicações que tínhamos foram as de que estava tudo bem para que o Dr. Morais Pires passasse para CEO do Banco.

Depois, porque é que não foi aceite, disso já não me apercebi bem.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — De todo o processo de discussão por parte do Banco de Portugal, não se apercebeu da idoneidade do Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Bem, se o Dr. Ricardo Salgado ficou à frente do Banco até julho, depois de sabermos que havia contas falsificadas e que havia problemas... Desculpe dizer-lhe, mas eu tenho de ter muita confiança no Banco de Portugal, porque ele manteve a idoneidade até lá...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Coloco-lhe a questão de outra maneira: como é que avalia a intervenção do Banco de Portugal neste processo, havendo informação de que o Dr. Machado da Cruz tinha falsificado sozinho ou acompanhado — provavelmente, acompanhado — as contas em vários pontos? Como avalia a intervenção do Banco de Portugal, a ação do Banco de Portugal nos vários momentos?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Penso que, neste caso, o Banco de Portugal também quis assegurar o aumento de capital, que foi importante para o Banco. Sobre outras circunstâncias, não posso referir-me às decisões do Banco de Portugal, sobre porque é que manteve ou porque é que não manteve, pois eu não acompanhei isso diretamente.

A razão pela qual, para mim, o Banco de Portugal manteve a idoneidade — e já tinha falado sobre a sucessão e a *governance* do Banco e do Grupo — foi para estabilizar e para realizar o aumento de capital do Banco Espírito santo.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Anotei que há pouco referiu que, no mês de dezembro, o Banco de Portugal tentou proteger o BES e a estabilidade do sistema bancário.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Desculpe, pode repetir a pergunta?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Anotei há pouco — todos ouvimos e ficou registado — que emitiu a opinião de que, em 2013, as iniciativas do Banco de Portugal visaram garantir a sobrevivência do BES e a estabilidade do sistema bancário.

Portanto, parece-me uma apreciação positiva da sua parte.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Estou a reportar-me a factos. Não se trata de uma opinião minha, eu não... Eu sempre apoiei decisões do Banco de Portugal, nomeadamente do *ring-fencing*. Não se trata de uma decisão ou de uma opinião minha.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Então, para concluir pedia-lhe três opiniões: primeira, sobre a conduta do Governo neste processo; segunda, sobre a decisão de nomear o Dr. Vítor Bento como CEO do BES; terceira, sobre a decisão de resolução. Era inevitável?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr. Deputado, estando lá fora, estando sempre lá fora — a minha profissão era e é na Alemanha —, não vou referir-me a esses factos porque não posso. Não posso dizer que o Governo ou o Banco de Portugal tiveram razão, se a resolução foi uma coisa certa ou não. Não sou capaz de dizer isso.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Para que não fique dúvida sobre esse ponto, nós temos a possibilidade de emitir opiniões e as pessoas têm o dever de responder com verdade às perguntas. Obviamente que as perguntas sobre opiniões têm uma natureza diferente, mas queria só apurar qual foi o seu posicionamento como gestor, enfim, não como administrador não executivo, do BES no momento em que a cabeça do BES não era o Dr. Morais Pires, perante o qual reportava, mas era o Dr. Vítor Bento.

Já agora, queria perguntar-lhe quando cessou funções exatamente e em que condições.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr. Deputado, penso que deve haver razões específicas para essa decisão do Banco de Portugal e para a nomeação do Dr. Vítor Bento, que também não conheço pessoalmente — estive agora duas vezes com ele —, mas tenho de respeitar essa decisão. Não tenho uma opinião sobre isso, penso que o Banco de Portugal teve de assegurar o Banco Espírito Santo e, então, decidiu deixar a nomeação do Dr. Vítor Bento. Provavelmente deve ter sido uma decisão certa, a do Dr. Vítor Bento e não a do Dr. Morais Pires. Deve ter havido razões para isso. Não penso que o Banco de Portugal fosse deixar o Dr. Morais Pires de lado sem ter razões específicas.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Dr. Mosqueira do Amaral. Tenho muitas perguntas para lhe fazer, tendo já respondido a algumas delas.

Começando quase pelos factos e seguindo uma ordem no tempo, uma ordem cronológica, a minha pergunta é esta: porque é que as contas da ESI foram falsificadas?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr. Deputada, porque é que as contas da ESI foram falsificadas? Pergunta-me a mim? Também gostaria de saber.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Repare, ponha-se um pouco na situação de um Deputado nesta Comissão. Há aqui versões contraditórias sobre quem sabia que as contas estavam falsificadas. Já nos disse que, no seu caso, não sabia que as contas estavam falsificadas.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone não foi possível registar as palavras do orador).*

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sabia, desde 2008, que as contas da ESI estavam falsificadas?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Já avisei que soube das contas falsificadas desde o fim de 2013, quando foi...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Foi o que compreendi. Foi só para responder ao Sr. Deputado José Magalhães.

A partir do fim de 2013 toda a gente sabia que as contas estavam falsificadas. Já era mais ou menos do conhecimento público. Portanto, percebi-o bem, não é grave.

Repare: algum motivo tem de ter havido, porque imagino que um contabilista, um financeiro, enfim, o Dr. Machado da Cruz não tenha estado propriamente um dia em casa sem nada para fazer e tenha resolvido falsificar contas! E a falsificação não é inócua, ela funcionou a favor do Grupo Espírito Santo e da ESI. E no depoimento que ele deu a advogados luxemburgueses ele dá uma explicação. Ele diz que o Dr. Ricardo Salgado e mais algumas pessoas, nas quais o Sr. Doutor não se inclui, sabiam da falsificação e explica: «Aconteceu desde 2008 e...» — cito — «... foi para salvar o BES».

O que lhe pergunto é o seguinte: por que é que esta falsificação de contas poderia salvar o BES?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, como sabe, eu entrei no Grupo sem voto, como membro mais jovem, no fim de 2011. Por isso, não me posso referir a 2008, a 2009 ou a 2010 e até a 2011 também não. Mas em 2012 e 2013 foi quando nós, os mais jovens, tentámos aperceber-nos e fazer mudanças, criar um futuro. Mas, sobre contas falsificadas e por que é que foram falsificadas ou não, não sei responder.

Sou aqui representante de uma família que foi fortemente lesada e também gostaria de saber isso. Espero que isso seja esclarecido e resolvido, porque, desculpe dizer, não pertenço à família, sou um dos mais jovens, nunca tive nenhum pelouro executivo, além de ter tentado chegar a um pouco mais de informação. Também gostaria de saber isso e percebo absolutamente a sua pergunta, porque também seria a minha.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Diga-me uma coisa: porque é que não era feita a consolidação de contas do Grupo? Na ESI, porque é que não havia revisor de contas, dada até a importância da ESI? Porque a ESI é uma *holding* de controlo, não é uma sociedade perdida na floresta de sociedades do Grupo Espírito Santo, é uma sociedade fundamental. Ou seja, fazer consolidação de contas é, no fundo, perceber se o Grupo, como um todo, está a perder ou a ganhar dinheiro, portanto não é uma coisa que passe despercebida.

Sei que, tecnicamente, poderá dizer-se ou considerar-se — não vale a pena agora estarmos a discutir isso — que não era necessário, mas o que lhe pergunto é se não era importante fazer essa consolidação de contas para se perceber a situação real do Grupo como, aliás, o futuro veio a demonstrar.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Bem, praticamente, pergunta o que é que eu poderia ter feito para evitar ou para me aperceber da situação. Está certo?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Também é uma boa pergunta.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Foi o que percebi da sua pergunta.

O desejo teria sido, desde que os mais jovens sem voto entraram no Grupo... Houve várias questões que tive, como cortar custos. Os reportes mais frequentes — para percebermos, porque parece que isso não houve — foi haver contas auditadas trimestralmente. Porque isso é uma coisa normal... O futuro do Grupo seria fazer um IPO na Rioforte, entrarem

novos investidores e para isso era preciso que houvesse contas auditadas. Sempre pedimos que as contas fossem auditadas e apresentadas trimestralmente.

Outra coisa que pretendíamos era chegar mais perto da informação. Eu gostava de ter informação mais específica e isso poderia ser via mandatos. Como eu tive, também, mandatos não executivos, e via os gestores que não davam informações totais... O que me apercebi é que aquilo era como uma pirâmide, onde lá em cima eram tomadas as decisões, eram dadas as informações necessárias, ou não, e para baixo, em cada empresa, em cada situação, os gestores depois também agem assim — é praticamente um espelho que vem de cima.

Espero que possa ter respondido à sua pergunta.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em relação à estratégia de *ring-fencing*, ou, em português, de blindagem ou de separação, o BES alguma vez cumpriu esta estratégia, estas ordens do Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — O que foi falado nos conselhos de administração foi mesmo isso. Aliás, num dos conselhos de administração e no respeitante à dívida da Espírito Santo Financial Group ao Banco, houve uma decisão... Bem, isto agora à frente do Conselho de Administração não executivo, praticamente foi o Conselho de Administração... A dívida tinha de ser reduzida drasticamente, o que foi feito. E essa exposição só poderia ser adaptada ou aumentada com *collaterals*.

Como não executivo do Banco, do que me apercebi é que, para isso, no Conselho de Administração houve, de facto, várias medidas tomadas. Havia um *pledge* do Banco Espírito Santo à Espírito Santo Saúde, às ações

e ao Health Care da Espírito Santo Financial Group; havia um *pledge* de 100% das ações do Banco no Dubai; havia um *pledge* das ações da Tranquilidade; e uma data de outras medidas. Agora não vou aqui especificar as medidas todas, mas tenho de dizer-lhe que houve ações tomadas pela Administração do Banco Espírito Santo de ir contra a exposição ao Grupo, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Por exemplo, e só para dar um exemplo, em 31 de dezembro de 2013, a exposição do BES à Espírito Santo Financial Group era de 301 milhões de euros e em 30 de junho de 2014 era de 927 milhões de euros. Isto não contraria expressamente as ordens do Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Desculpe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode repetir-me esses números, por favor?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Os números constam daquilo que é a apresentação de contas do primeiro semestre de 2014 e falam, entre variadíssimas outras coisas, neste caso da exposição do BES à Espírito Santo Financial Group,...

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Certo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... designadamente a Espírito Santo Financière e a Espírito Santo Banco do Panamá. O total destas duas somado era, em 31 de dezembro de 2013, de 301 milhões de euros e, em 30 de junho de 2014, tinha subido para 927 milhões de euros, o que levou,

aliás, nesta data, em fim de junho, à constituição de uma provisão no montante de 823 milhões de euros no BES.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sim, eu tenho aqui... O meu último Conselho no Banco Espírito Santo foi em maio, a 15 de maio, o que quer dizer que não poderei responder a essa pergunta, sobre o que é que já estava em julho. Além disso, tenho as informações que me foram dadas no Banco Espírito Santo, que eu ainda fui recolher em junho de 2014, em que a exposição ao Financial Group, em novembro, era de 300 milhões e em maio de 2014 de 533 milhões. E foi essa posição que foi decidida: «Temos de descer a exposição a 400 milhões». Outras exposições mais altas tinham de ser *pledged*, além destas também estarem *pledged* já com o *ring-fencing*.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E qual era a estratégia de redução no que toca à chamada exposição indireta, ou seja, clientes do BES que detinham papel comercial e dívida do GES? Qual era a estratégia de redução da exposição?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu, como não executivo, não tenho resposta direta para essa sua pergunta, porque não estava no operacional, nem do BES, nem do Grupo. Da parte da Financial, tenho de admitir que estive dois meses na Financial Group e depois demiti-me. Na parte do Grupo, nestas reuniões que tínhamos quatro vezes por ano, não era diretamente apresentada essa situação.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, perguntando de uma forma mais genérica, no fundo, o Banco de Portugal diz ao BES:

«Reduzam a exposição, quer direta, quer indireta». O que eu pergunto é como é que estavam a pensar que esta exposição poderia ser reduzida, porque eu, para além de pagar as dívidas, não estou a ver nenhuma maneira imediata de reduzir a exposição. Ora, para pagar é preciso dinheiro.

O que pergunto é qual era a estratégia que havia para cumprir o *ring-fencing*.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Bem, no Grupo Espírito Santo... Desde janeiro também comecei a pensar — eu era um pouco metido de lado, estava um pouco à parte e também não tinha voto — no que teria de se fazer.

Houve todas estas medidas que já referi do Banco Espírito Santo, como os colaterais e os *pledges* sobre a dívida. A outra medida, da parte do Grupo, era claramente a de vender ativos, começar a haver *cash-flows*... Gerimos *cash-flows* dos ativos bons. A outra parte era claramente, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada agora quis saber, diminuir a dívida.

Para mim, diminuir a dívida era claramente uma coisa... Nunca pude confirmar isso diretamente, mas suspeito que mais de 75% da dívida do Grupo era a muito curto prazo. Estou a falar de três a seis meses... Não faz nenhum sentido um grupo estar a financiar ativos imobiliários ou participações em empresas a longo prazo com dívida curta. Não faz sentido.

Então, a minha ideia, aquilo que pensei — também tive um pouco a ajuda de uma pessoa muito perto de mim, de um familiar — foi haver uma reestruturação da dívida do Grupo. Acho que essa era a única possibilidade que tínhamos e, até lá, se calhar, até poderíamos ter dado a volta. Quer dizer, a dívida a curto prazo... O que eu pensava era que devíamos sentar-nos com os credores e negociar a dívida com eles, o que também seria

importante para eles, porque é melhor ter uma negociação de dívida do que ir a uma falência. Quer dizer, havia várias possibilidades.

Uma outra possibilidade seria, por exemplo, a de transformar a dívida em capital — *equity* — ou também a de alargar as maturidades da dívida com uma taxa diferente. Assim, se calhar, a 5 ou a 10 anos, teríamos tido a possibilidade de pagar a dívida aos credores.

Mas penso que isto não é nada de novo. Isto é o que cada gestor deveria fazer.

No entanto, para mim, uma coisa é certa: nós estarmos aqui com uma dívida a curto prazo a financiar longo prazo não funciona.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sabe o que é a Eurofin? E, caso saiba, pode explicar-nos?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Em relação à Eurofin — e digo o nome que já caiu, o Sr. Cadosch... — não tive nem tenho contacto. Conheço o Sr. Cadosch das assembleias gerais da ESI e da Espírito Santo Control, em Lausanne, onde o Sr. Cadosch também ia.

Sempre pensei que a Eurofin fosse um *management company* que gere empresas, gere ativos financeiros e que provavelmente também emite fundos.

Mas, profissionalmente, nunca tive nada a ver com a Eurofin. Nada.

Sei que a Eurofin já vinha do passado. Também me apercebi, duas vezes, do nome Eurofin, quando um *hedge fund*, que tínhamos em Londres, foi vendido a uma Eurofin. Mas nunca tive, direta ou indiretamente, contacto com a Eurofin.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E em relação aos contactos que o BES e o GES tiveram com a Eurofin, tem conhecimento?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Absolutamente nada.

Sei que houve contactos porque o Sr. Cadosch aparecia lá no BES. Mas desconheço o que foi feito com o BES e com a Eurofin. Aliás, com a Eurofin, eu não tinha qualquer relação.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Foi notícia de jornal — não temos essas gravações, mas foi notícia de jornal — que houve uma reunião do Conselho Superior do Grupo, em 24 de julho de 2014, na qual foi abordado o tema da Eurofin e daquilo que teria sido alguma colocação de obrigações através da Eurofin. E diz-se que o senhor terá dito que era «apenas uma questão de tempo até este esquema da Eurofin ser descoberto» (e acabei de o citar).

Isto aconteceu ou não?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Ser descoberto ou explodisse, sei lá... É que só me apercebi nessa altura. Nessa altura, comecei também a ver e a pensar: então, mas o que é isto?! E não era só eu que não sabia, provavelmente todos os administradores não executivos ou do Grupo também não sabiam. Quando me apercebi disso... Uma coisa dessas, para mim, só podia explodir. Não sei de que forma, mas ia explodir.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E quando é que soube que havia alguma coisa prestes a explodir, para utilizar a sua expressão?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Comecei a aperceber-me disso quando, uma vez, fui convidado para ir ao Banco de Portugal — já não sei a data, mas estive à procura da carta — e fui confrontado com a questão da Eurofin. E, se calhar, com sorte ou com alguma vergonha, também tive de admitir ali que desconhecia, que não tinha informação sobre a Eurofin a não ser o nome — isto passou-se em abril. Quer dizer, nem em abril, nem em julho, pude referir-me a isso. Se apareceu essa frase que a Sr.<sup>a</sup> Deputada leu como tendo sido eu a dizê-la, desculpe mas não sei dizer, não conheço. Para mim, isto é caótico.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E sobre um empréstimo que o BES terá feito ao Banco Espírito Santo do Panamá, e que, depois, o Banco Espírito Santo do Panamá terá feito à ESI, durante este primeiro semestre? Teve conhecimento?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Absolutamente nada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Nem nesta altura em que tudo começou, digamos, a vir ao de cima e tudo foi descoberto?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sinceramente, também só vim a saber disso pela *media*, e só recentemente.

Não tive qualquer contacto com o Banco Espírito Santo, no Panamá, nem com a Eurofin, como já referi. E nunca estive ligado, nem tive funções aí...

Também gostaria de saber isso, também gostaria de me aperceber do que aconteceu. Mas devo dizer-lhe que, lamentavelmente, não tenho nenhum conhecimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Percebe-se que, ao longo destes seis meses, aconteceu muita coisa que não foi transparente, para utilizar um eufemismo. Tem noção de quando é que o Banco de Portugal percebeu que não estava ao corrente ou que não estava a perceber tudo o que se estava a passar no BES?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Está a referir-se ao BES?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Estou a referir-me ao BES e à sua exposição ao GES, porque, depois, é difícil conseguir desligar as duas coisas.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Penso que o Banco de Portugal — e graças a Deus foi a partir dessas situações que também me apercebi, ponto a ponto, não só pelos jornais como também pelo ETRICC — também se deve ter apercebido de um problema no Grupo desde que o Dr. Pedro Queiroz Pereira apresentou...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Desculpe interrompê-lo, mas essa parte nós percebemos. O que lhe pergunto é em relação a estas operações ligadas à colocação de obrigações, à concessão de empréstimos à ESI, através do Banco Espírito Santo no Panamá. Quando é que o Banco de Portugal se terá apercebido de que a estratégia de *ring-fencing* não estaria propriamente a ser cumprida?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não sei responder a isso, porque não fui executivo, não fui operacional. Trabalho e vivo na Alemanha e não sei responder a isso. Não estive nas operações. E, desculpe dizer, mas até metade ou até ao início deste ano não tive grandes informações.

Relativamente a essas operações que foram feitas e das quais tive conhecimento como a Sr.<sup>a</sup> Deputada teve, acho que provavelmente a sua resposta seria igual à minha, não sei.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, mas o facto é que eu não era administradora do BES, ainda que não executiva, desde 2008, pelo que as nossas posições nessa matéria são diferentes.

Já percebi que não havia informação dentro do Grupo. Mas o que, às vezes, acho muito difícil um Deputado compreender é que, por um lado, essa informação não tenha sido exigida e, por outro, neste momento em que acho que se percebe que está em causa a sobrevivência do próprio banco, como penso que os factos demonstraram, muita coisa se tenha passado sem que ninguém se tenha apercebido, sendo que as próprias pessoas que poderão ter feito estas operações dizem que também não sabiam de nada.

Portanto, chego a perguntar quem é que tomava decisões dentro do BES, porque aparentemente as coisas aconteciam sem que...

Pode, pelo menos, dizer-nos quem é que tinha competências e poderes para tomar este tipo de decisões?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Um administrador não executivo logicamente recebe as coisas apresentadas e vê as contas, vê os projetos.

Em todos os conselhos de administração do banco, nós falávamos sobre todas as áreas. Agora, se, por trás, numa área financeira do Banco Espírito Santo, são feitas transações, desculpe, mas não estou em posição de ver quais são todas as transações, feitas no DFME (Departamento Financeiro, Mercados e Estudos) do Banco Espírito Santo, para dívida, para tudo... Essa não é a minha posição.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quem é que tomava decisões nessa área financeira e quem é o responsável?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — O responsável pela área financeira era claramente — e isso não é nada de novo — o Dr. Moraes Pires.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos passar a outro assunto. Em relação ao BESA, qual era o conhecimento que os administradores não executivos tinham sobre a situação do BESA?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — A situação do BESA era apresentada em todos os conselhos de administração pelo Dr. Ricardo Salgado.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Por acaso, gostaria de colocá-lhe uma questão acerca dessa matéria. Ainda não consegui ler todas as atas, mas já li uma parte substancial delas e gostaria de saber o seguinte: por que é que era o Dr. Ricardo Salgado que apresentava a situação desta sucursal?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — É engraçado que pergunte isso. Estive sempre muito relacionado com a parte internacional do banco, foi sempre a parte que achei mais interessante, de que gostei mais, pelo que a minha vida foi sempre lá fora.

Foi o meu pai que, antes de 1975, no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL), criou a área internacional e que a manteve, desde 1955 até 1975 e, depois, de 1991 até 2008. O meu pai foi o responsável pela área internacional, tendo criado dentro do Banco Espírito Santo uma área excelente, era um banco internacional.

Mas digo-lhe uma coisa, e essa foi uma pergunta que também fiz, mas nunca recebi boa resposta: nem a Líbia, nem Angola, eram tratadas na área internacional, parece que havia uma outra área internacional. Por isso, digo-lhe diretamente que nem eu nem o meu pai estivemos relacionados com Angola ou com a Líbia. Eu até fui a Angola com um grupo de alemães, porque havia o triângulo estratégico e uma das melhores partes do Banco Espírito Santo para estar relacionada com empresas alemãs seria Angola, por ser em África. Como sabe, as empresas alemãs estão muito pouco diversificadas para África e nós tínhamos uma plataforma bastante eficaz e boa.

No entanto, fui a Angola, mas não quis voltar lá — e não foi por causa das pessoas ou do país. Não quis voltar lá, porque para mim não existia esse triângulo estratégico, uma vez que fui recebido como um estrangeiro no BESA. Por outras palavras: eu, com o BESA, não tive nenhuma ligação, e nem quis ter.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas a informação que tinha era que as coisas no BESA corriam bem ou corriam mal?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — As informações que tive, já bastante tarde — e isso, como referi, foi-nos apresentado pelo Dr. Ricardo em cada conselho de administração... Tenho aqui um exemplo: de 2013 a 2014, os ativos desceram ligeiramente 200 milhões de euros.

Do que me apercebi no BESA é que tinha um *transformation ratio*, um rácio de transformação, de cerca de 200%. Quer dizer, o crédito dado era o dobro dos depósitos. E isto é uma coisa que não pode acontecer.

Várias vezes, pusemos em causa o Dr. Álvaro Sobrinho, interrogando-nos: mas o que é que se passa ali?

É que o Dr. Álvaro Sobrinho não dava informação a ninguém a não ser ao Dr. Ricardo.

Portanto, essas foram as informações que recebemos, além daquilo dos 200% de *transformation ratio*. Mas nós colocávamos muitas questões acerca da *governance* do banco e também dos resultados apresentados.

Mas se me pergunta agora se eu sabia quem é que tinha o crédito, respondo-lhe que não sei quem é que tinha o crédito e que também gostava de saber. Mas, de facto, parece que nem de Angola sai essa informação.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu gostaria de perguntar e, se calhar, até ia lá chegar, mas ainda estava numa parte prévia.

A primeira questão que lhe coloco tem a ver com o seguinte: em 2014, a exposição do BES ao BESA seria de cerca de mais de 3000 milhões de euros. Mas isto já é verdade há muito tempo. O que lhe pergunto é se é comum haver uma linha de crédito do BES a uma filial, a uma sucursal, de 3000 milhões de euros, durante tantos anos. Isto é comum, ou é um montante anormalmente elevado?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, volto a dizer-lhe que não sou nem nunca fui executivo, não estou a par do dia-a-dia do Banco Espírito Santo, e muito menos do do BESA. Mas, é claro, interessei-me sempre muito por essas áreas e o que se diz é que aquilo é um banco que pertence 56% ao Banco Espírito Santo. Por isso, trata-se de uma exposição muito grande. Parto do princípio que esteja claramente especificado por que razão a exposição ao BESA seria desse montante.

Mas eu, como não executivo, não sei dizer se aquilo está *pledged*, se está colateralizado. Não sei dizer-lhe.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, mas tendo isto um impacto tão grande no banco... Quer dizer, preocupando-me eu com isto, acho que seria normal que os administradores também se preocupassem.

O que é verdade é que, tanto quanto sabemos, não, ninguém consegue dar a explicação do que é que aconteceu a 3000 milhões de euros, o que me parece ser muito dinheiro.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Gostaria de saber, mas não os tenho.

Já disse que o BESA era apresentado no Conselho da Administração a todos os administradores, sendo executivos ou não executivos. E eu tenho aqui um exemplo de junho de 2014 onde aparece o BES Angola com todas as explicações: os volumes nos clientes, o *banking income*, os ativos, os créditos.

Como não executivo, não posso e não vou responder porque não sei.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Alguém explicou no Conselho de Administração do BES porque é que se ia substituir o Dr. Álvaro Sobrinho por outro presidente do Conselho de Administração?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Desculpe. Podia repetir?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Que explicação é que foi dada ao Conselho de Administração do BES para a substituição do Dr. Álvaro Sobrinho pelo Dr. Rui Guerra?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu, como não executivo, tenho de dizer que fiquei bastante aliviado quando o Dr. Álvaro Sobrinho foi substituído, quando o Dr. Morais Pires tomou conta e quando mandaram para lá uma equipa de boas pessoas, como o Dr. Rui Guerra e o Dr. Cruchinho. São boas pessoas, eu conheço-os. Sempre me interessei por saber o que se passava naquele Banco.

Vim a saber, por vários meios, que clientes que queriam ir para o BESA não eram recebidos e as perguntas não eram respondidas. Acho que naquele Banco nunca houve acesso ao retalho. E o retalho, para um banco, é de uma importância fundamental.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada perguntou-me por que é que o Dr. Sobrinho foi substituído. Acho que na Comissão Executiva devem ter percebido que isto tinha de mudar. E o Dr. Morais Pires, depois de o Dr. Pedro Homem ter saído, tomou posse da área internacional. Fiquei bastante contente de saber que a área internacional, em conjunto com a área dos mercados, ia mudar bastante no BESA. Apercebi-me que tentaram e mudaram bastante.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Alguma vez foi abordado o assunto da existência de uma garantia do estado angolano ao BESA? Se sim, o que é que foi dito? Que explicação é que foi dada?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Vi essa garantia e graças a Deus que ela existiu. Tomei a garantia como séria e até hoje ainda penso que era uma garantia, porque uma garantia de um Governo é válida.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sei isso, embora, depois, as circunstâncias do presente nos levem a concluir que afinal não era assim tão válida. Mas não é essa a questão. A minha questão é: normalmente, quando se vai buscar uma garantia é porque se têm algumas dúvidas em relação aos créditos. Que explicação é que foi dada em relação a isso? Para que é que é preciso uma garantia? Se as coisas não estiverem a correr mal, não é preciso garantia nenhuma, suponho eu, e muito menos *a posteriori*, já depois de o crédito estar dado.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Está a abordar um tema em relação ao qual não é meu dever responder, mas acho interessante e também gostaria de saber do tema.

Como já disse, se há um rácio de transformação de 200%, tem de se agir.

Se o governo angolano dá uma garantia praticamente do crédito inteiro — o crédito era de 5,5 biliões —, quer dizer que deve haver alguma razão. Eles querem estabilidade e devem saber quem é que tem os créditos.

Nunca vi a lista e não sei responder onde é que estão os créditos. Acho que a Sr.<sup>a</sup> Deputada também nunca viu e também não sabe responder.

Aliás, provavelmente ninguém ou muito poucas pessoas devem poder responder, a não ser as pessoas que tinham o controlo sobre isto.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu, realmente, não, mas tenho pena e já tenho pedido. O que me surpreende é que no Conselho de Administração do BES, aparentemente, ninguém a tenha pedido.

Voltando atrás, e para terminar, coloco uma última pergunta em relação ao Banco de Portugal. Em 19 de junho de 2014, o Banco de Portugal escreveu-lhe uma carta a dizer o seguinte: «Chegaram ao conhecimento do Banco de Portugal, relativas à ESI e ao BESA, informações que poderiam indiciar comportamentos suscetíveis de colocar em causa a sua idoneidade». Pergunto: esta carta foi o primeiro contacto que teve desta natureza? Quando é que a recebeu?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não devo ter a carta aqui. Mas, sim, recebi uma carta dessas. Acho que foi um pouco antes de me demitir da ESI. O Banco de Portugal mandou isso por causa do BESA, mas, como não executivo, não tenho nada a ver com isso.

O Banco de Portugal quis avisar que podia haver conflito de interesses e que eu tinha de sair da parte não financeira, que seria a ESI, pois estava no BES como administrador não executivo, e foi isso que eu fiz. Aliás, não foi só isso: também devolvi uma carta ao Banco de Portugal a dizer «sim, senhor». Mais tarde, ainda tive uma reunião só para explicar que «sim, senhor, saio da parte não financeira e mantenho-me só na parte financeira». Foi isso que fiz: saí da ESI para não ter nenhum conflito de interesses entre a parte não financeira e a financeira.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Lembra-se em que dia é que recebeu essa carta?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não me lembro da carta, não vejo aqui a carta, mas sei dizer-lhe...

*Pausa.*

Tenho a carta de resposta datada de 18/03/2014, por isso não foi em julho.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Agora vai ter de nos explicar essas datas. A carta de resposta a quê?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — À minha demissão da International. Praticamente não dei resposta. Só dei uma resposta ao Banco de Portugal a dizer «sim, senhor, concordo» e que se o Banco de Portugal achava certo eu demitir-me da parte não financeira da ESI, estava, logicamente, disposto a demitir-me. E foi isso que fiz.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Isso foi em março de 2014?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sim, certo. Foi em março de 2014.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas o Banco de Portugal, em 19 de junho, escreveu-lhe a dizer que estava em causa a sua idoneidade.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Desculpe dizer-lhe, mas ainda tenho, hoje em dia, idoneidade. Ainda pertenço...

Acho que o Banco de Portugal deve ter mandado essa carta a toda a gente que estava envolvida nisso, porque havia, de facto, problemas no BESA. Todas as pessoas que estiveram relacionadas com a administração, sendo executivas ou não executivas, devem ter recebido a carta, penso eu. A carta não foi só dirigida a mim, por certo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Estou a perguntar-lhe isso porque quero perceber em que dia é que outra pessoa recebeu a carta...

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Desculpe?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A carta não foi só para si, foi para várias pessoas e, por isso, estou a tentar perceber quando é que o Dr. Amílcar Morais Pires recebeu a carta. É que, no dia 20, o BES propôs o nome do Dr. Amílcar Morais Pires, mas, no dia 19, o Banco de Portugal notificou-o dizendo que a idoneidade dele e de várias outras pessoas poderia estar em causa. A minha questão só tem a ver com isso, não estou a pôr em causa este processo em relação a si ou, pelo menos, neste momento não estou, mas depois podemos discutir isso.

Pergunto: em que data começou a troca de correspondência e a discussão com o Banco de Portugal sobre questões relacionadas com a idoneidade e quando é que essa discussão terminou?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não me sei referir às cartas enviadas ao Dr. Morais Pires ou a outros membros. Não sei, só sei o

que eu recebi. Não coloquei em questão, nem falei sobre cartas nenhuma. Não lhe sei responder a isso.

Se a nomeação do Dr. Moraes Pires foi no dia 20 e se ele recebeu uma carta no dia 19... Desculpe, mas não me vou referir a isso. Mas é um pouco estranho, não acha?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, eu acho, mas não fui eu que o nomeei, não é?! Os senhores é que devem saber.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, faça favor de terminar.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só queria saber quando é que a discussão sobre a idoneidade começou e terminou.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não lhe sei dizer quando é que terminou. Não estive envolvido nisso.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não, em relação a si. Quando é que começou e acabou a discussão entre si e o Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Só houve essa carta... E a carta não pôs em causa a minha idoneidade, foi para avisar que podia haver um processo sobre o BESA e que, provavelmente, depois iam ver a questão da idoneidade.

Vim a saber que o meu registo no BESI — não sei quando, talvez em agosto ou setembro — foi aceite e que eu tenho idoneidade.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Há aqui um grande mal-entendido, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, será esclarecido na segunda ronda ou nas perguntas que virão a seguir.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Pedro Mosqueira do Amaral.

Vou tentar também juntar mais algumas peças. Em primeiro lugar, gostava de lhe perguntar se, antes da perceção que teve — ao que parece ficou clara a 29 de outubro, uma vez que assinou aquele protocolo com Ricciardi e outros membros da família — de haver alguma manipulação ou ocultação do passivo da ESI, já tinha plena consciência do grau de exposição a que o Banco estava sujeito, independentemente das contas da ESI.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr. Deputado, muito obrigado e muito boa tarde.

Como eu disse, as minhas funções, sem voto, no Conselho Superior, em vários mandatos e em várias administrações não executivas, nunca me permitiram diretamente ter acesso a isso, nem pôr em questão.

Desde que começou a intervenção do Dr. Pedro Queiroz Pereira, também nos começámos a aperceber da situação e eu tive conversas com outros membros sem voto sobre a situação do Grupo e o que é que estava a acontecer. Como também já disse, queríamos ter mais transparência,

queríamos ter contas auditadas, queríamos ter apresentações trimestrais, queríamos mudar o Grupo. Isto quer dizer que antes disso não soube diretamente de nenhuma posição.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Os documentos de Pedro Queiroz Pereira já indiciavam uma espécie de manipulação das contas, porque apontavam para um passivo maior do que aquele que se pensava.

Pergunto-lhe: independentemente do passivo, havia a perceção — presumo que era partilhada por todos — de que o Banco estava demasiado exposto a empresas do seu próprio grupo económico, não considerando a saúde financeira dessas empresas? Não sei se está a compreender a questão.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — É bem possível que, antes de eu estar no Grupo, tenha havido uma acumulação de dívida do Grupo ao Banco. É possível. Também havia outros valores. A avaliação dos ativos terá sido diferente quando aquilo foi feito e agora em 2014.

Não sei dizer como é que era feita a dívida ou qual é que era a exposição direta ou indireta ao Banco. Só quisemos uma mudança mais radical e mais rápida dentro do Grupo quando nos começámos a aperceber desta situação toda.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não quero questionar se pretendeu ou não a mudança dentro do Grupo. Provavelmente a reunião de 2 de abril que teve com Ricardo Salgado e Ricciardi foi para tentar encontrar soluções, as tais soluções a que se está a referir, nomeadamente contactos com José Honório. Pode explicar-nos quais eram as soluções que procuravam nessa reunião?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr. Deputado, podia repetir?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estou a referir-me à reunião em que se fala das tarefas de José Honório e em que estiveram presentes, tanto quanto sabemos, Ricciardi e Ricardo Salgado.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — De facto, houve a reunião e também o Dr. José Honório esteve presente parcialmente. A ideia era ter um profissional como o Dr. José Honório, que eu não conhecia antes, para nos ajudar a reestruturar o Grupo. Este é um facto, e graças a Deus que houve isso.

Nessa altura já nos tínhamos começado a aperceber do problema, como já disse. Estamos a falar de abril e de janeiro a abril passou algum tempo. Estávamos bastante preocupados e pensámos que seria aquela a altura de chamar alguém profissional que nos pudesse ajudar na reestruturação do Grupo, o que até agradecia.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Este papel que lhe deveria ser atribuído na gestão do Grupo era o de fazer, inclusivamente, alguns contactos, tal é a forma como o próprio José Honório depois expressa aquele que era o seu plano para a recuperação do Grupo.

Pode detalhar-nos qual era o plano de José Honório para a recuperação do Grupo?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — O plano do José Honório, como profissional, para a recuperação do Grupo deve ter sido também gerir o Grupo de uma outra forma, como eu também penso que

teria sido adequado, como recorde, com a reestruturação da dívida e várias outras possibilidades, nomeadamente a IPO da Rioforte e a venda de ativos, que, creio, também estava na ideia do Dr. José Honório, o que é normal.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu não tenho acesso a tudo o que foi dito, evidentemente, e admito que essas questões tenham sido colocadas, mas teria sido, então, também colocado como parte da solução o contacto com Durão Barroso, não é assim?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Quanto a isso, eu não posso referir, porque eu não sei se foi feito algum contacto diretamente com Durão Barroso e eu politicamente, desculpe dizer-lhe, nunca tive relações nesse sentido.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu não lhe perguntei isso e responderá como entender sobre as suas relações ou a inexistência delas. Aquilo que perguntei foi se, no plano que José Honório apresentou para recuperar o Banco, constava a necessidade de ganhar Durão Barroso para a argumentação do Banco e de um Grupo falido — e estamos a falar em abril de 2014.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Em abril de 2014, eu penso que o Dr. José Honório foi convidado a estar connosco, mas foi para o Grupo, não foi para o Banco. O Sr. Deputado estava a referir-se ao Banco, mas não foi isso. O Dr. Honório veio para o Grupo.

Agora, se quer saber sobre a conversa para contactar vários políticos, eu desconheço se foi alguma coisa ativa. Falou-se que podia falar-se com vários países onde estávamos envolvidos a dizer: «Se calhar, temos aqui

um problema e vamos precisar de tempo para o resolver...» Mas isso é normal, porque se vem ao de cima que as contas foram falsificadas têm de ser contactados vários países onde o Grupo está ativo, nomeadamente a Suíça, o Luxemburgo.

Se me pergunta se foi o Dr. José Honório que quis falar ou que nos disse para ir contatar o Dr. Durão Barroso, eu não vou dizer isso, porque, se calhar, foram ditas essas palavras, mas não foi nada de ativo, praticamente. E eu teria de ler a ata ou de ouvir as gravações que foram feitas nessa data.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, não terá sido sugerido por José Honório, nessa apresentação de soluções, a necessidade de convencer Durão Barroso, como peça fundamental, para convencer depois o Governo da República Portuguesa?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Penso que convencer não é a palavra certa para isso. Se houve essa conversa, essa foi uma das sugestões ou uma das medidas que podiam ser tomadas, isto é, dar conhecimento a várias pessoas sobre a situação do Grupo e o que é que isso podia ter como impacto para a situação do mercado financeiro português. Mas acho que foram sugestões, de entre as várias sugestões que foram feitas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois é, mas os relatos, inclusivamente até na imprensa portuguesa, dizem que o próprio Ricardo Salgado terá imediatamente tentado contactar, sem sucesso, Durão Barroso — aliás, ficamos sem saber se mais tarde esse contacto foi conseguido. Ficamos a saber que, inclusivamente, Durão Barroso é tratado como amigo da casa que importa não perder.

E a imprensa diz mais: diz até que era importante convencer Durão Barroso da necessidade de salvar o Grupo, porque ninguém iria perceber que, em pleno programa de assistência financeira, o maior grupo português colapsasse e diz José Honório que esse era o maior argumento que tinham para conseguir o apoio do Governo.

Pode chamar a isto o que quiser, mas, a mim, parece-me claramente que é uma tentativa de convencimento.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — De facto, percebo totalmente o que quer dizer, mas eu não vejo minimamente apoio político ou do Banco de Portugal ou de outro sítio para um grupo que tenha contas falsificadas. Se houve essa conversa e se houve essa tentação de falar com políticos sobre essa coisa... Mas também é normal que se fale com toda a gente e se avise toda a gente, mas acho que não nenhum suporte para uma empresa quando as contas estão falsificadas. Isto é uma coisa grave.

Creio que respondi à sua pergunta, mas, se quer saber se eu sei se foi contactado o Dr. Durão Barroso ou outros políticos, eu digo-lhe que não sei se foi contactado ou quando é que foi contactado. Sei que em conversa houve isso como opções. Isso sei, sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E mais algum titular de cargos públicos em Portugal ou fora? Tem conhecimento de tentativas ou, pelo menos, de referências em reuniões sobre esses contactos?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu acho que houve mais. Do que me lembro agora, acho que também devem ter falado de outros nomes, mas não sei dizer quais são, porque, lamento dizer, eu não tenho muito conhecimento da parte política e nomes não sei.

Mas posso referir-me a conversas já havidas aqui em que surgiram nomes como o Dr. Moedas, mas não lhe sei dizer, porque estou muito longe dessas situações.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas lembra-se perfeitamente desta, porque na reunião de 2 de abril ela foi abordada.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu agora estava a referir-me...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já agora, só para as pessoas perceberem do que é que estamos a falar, o que foi dito por José Honório — e esse era o plano de recuperação que José Honório apresentava para o Banco — foi o seguinte: «O que é que o País não pode ter? Não pode ter o seu maior grupo e o mais emblemático de repente com um problema que ninguém estava à espera que acontecesse. A leitura dos credores internacionais, das agências de *rating* e de toda a gente é que se isto acontecesse com a casa mais emblemática de Portugal, então as outras hão de estar muito pior. O efeito sistémico e de cascata pode ter consequências que não conseguiria prever. Estou convencido de que Portugal não escaparia a um segundo resgate.»

Daí que houvesse necessidade de convencer Durão Barroso e, se calhar, acrescento eu, daí que o Governo da República Portuguesa tenha andado a aguentar este Banco até depois do fim do programa de assistência financeira, porque, provavelmente, se o problema deste Banco e deste grupo económico tivesse rebentado antes do fim do programa a que chamam de assistência e que foi um programa de assalto aos portugueses,

também para pagar estes desmandos destes grupos, talvez as coisas tivessem sido diferentes do ponto de vista político.

Mudando agora de assunto — porque acho que também já não nos pode dizer mais nada sobre isso e já nos confirmou o que era fundamental confirmar —, sobre a venda das ações o senhor não foi o único administrador e acionista do BES que vendeu ações no início de 2014.

Há, aliás, um movimento de libertação de potenciais perdas — mais do que de venda de ações é uma libertação de potenciais perdas — por quem tem, por natureza dos cargos que ocupa, alguma informação privilegiada sobre a situação do Banco. Se ela se categoriza ou não assim na CMVM, eu não sei, mas que o administrador do Banco é, por natureza, um dos que tem informação privilegiada é.

E essa libertação de potenciais perdas, portanto, venda de ações, ocorreu, na altura até com mais-valias assinaláveis para um conjunto de administradores — se calhar, para si e para outros administradores 180 000 € ou 390 000 € são mais-valias pequenas, mas, enfim, para a maior parte dos portugueses é mais do que o que se ganha em 10 anos de trabalho! —, mas essa sua venda e ações ocorreu em três momentos: no dia 8 de janeiro, no dia 17 de fevereiro e no dia 18 de fevereiro.

O senhor disse que essa venda não estava relacionada com a situação do Banco. E estas eram ações do Banco, do BES, não eram?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sim, eram ações do BES.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pergunto-lhe, então, exatamente, quais foram os motivos que levaram, na sua opinião, a que outros administradores tivessem procedido da mesma forma, ou seja, a que nos

primeiros dias de janeiro houvesse esta — enfim, na altura, eu podia não ter dados para dizer, mas hoje tenho — libertação de um produto que viria a não valer nada passados poucos meses.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr. Deputado, é muito fácil explicar isso.

Eu comprei as ações três anos antes com o meu próprio dinheiro, não foram opções, não foram lucros, não foram bónus do Banco; foram ações que eu comprei com o meu próprio dinheiro. E tive durante três anos a sofrer com o movimento das ações, que estiveram muito em baixo e isso para mim são grandes perdas, para mim é bastante dinheiro. E digo-lhe diretamente que a minha única remuneração foi no Banco Espírito Santo. Nem no Grupo, nem nada... Nunca tive grandes bónus de... As minhas únicas remunerações foram no Banco.

Agora, as ações, graças a Deus, começaram a subir uns meses antes e subiram quase aos níveis a que eu as comprei. Durante esse tempo, ainda houve um aumento de capital em 2011 onde eu tive novamente de meter dinheiro para manter a minha posição.

Digo-lhe que é normal que agora coloque isso em questão, mas eu digo-lhe diretamente que a venda das minhas ações, que adquiri com o meu próprio dinheiro três anos antes, foi porque, de facto, elas chegaram a um preço onde eu não queria perder dinheiro e vi a possibilidade de poder sair sem perder dinheiro.

Mas tenho de lhe dizer: eu vendi em três fases, porque fui vendo o mercado... Eu hoje ainda estou a agir em mercados de *equity* pessoalmente...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, mas a questão não está em saber por que razão foi em três *tranches*; eu estava apenas a descrever a operação.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Certo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Até podia ter sido em 10.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Mas foi por três *tranches* e eu queria só explicar porquê. Porque o preço é volátil, muda. Eu vendo primeiro uma *tranche*, essa está resolvida e até que enfim ao fim de três anos com perdas, e depois vendi as restantes durante um mês.

Mas isto não teve relação, nem eu tive conversas com nenhum administrador; foi por mim próprio que decidi vender as ações, depois de três anos de perdas.

Para mim, graças a Deus que as vendi, porque eu estava com perdas durante aqueles anos todos. Se a ação continuava ou não a subir... A decisão foi minha, eu meti o meu *price target* e, pelo menos, o meu *price target* evitou que eu fosse perder, de novo, com estas ações.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas durante esses três anos também recebia os dividendos correspondentes, não é?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Quais dividendos?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não houve distribuição de dividendos?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Penso que não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Em nenhum dos anos?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu, pelo menos, não recebi nenhuns. Não!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nem das outras empresas em que participava? Os dados que temos apontam para a ESI não distribuir dividendos pelo menos há três ou quatro anos... Isso corresponde?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Desculpe, eu nunca fui acionista do Grupo e sei que há muitos anos que os dividendos não eram pagos. Os acionistas da ESI ou da Control não tiveram durante muitos anos qualquer espécie de dividendos. E eu não fui nem sou acionista dessas empresas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já agora, explique-nos o seguinte: não sendo acionista mas compreendendo certamente mais do que, pelo menos, eu destas questões, uma empresa que não distribui dividendos há muitos anos levanta suspeitas sobre a sua saúde financeira, não é assim?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Durante os anos 2008 até agora, acho que não há muitas suspeitas se uma empresa não distribuir dividendos. Aliás, como sabe, em Portugal, ninguém podia distribuir dividendos; cada empresa que recebeu ajuda estatual não podia distribuir dividendos. Foi uma coisa muito normal durante esses anos não haver dividendos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas a ESI não recebeu ajuda estatal...

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não, mas como é que quer que ela faça distribuição de dividendos se o ativo principal é o Banco Espírito Santo que não dá dividendos? Desculpe dizer-lhe, mas também percebo que não haja dividendos. Eu acho que os *cash-flows* principais não existiam, que era o Banco Espírito Santo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, mas isso mostra que o principal cliente — a ESI — do Banco Espírito Santo também está numa situação financeira que não é aconselhável e dificilmente justificava o *rating* que lhe era atribuído, que era um ótimo *rating* com condições de crédito maravilhosas, em contrapartida com a dificuldade que os clientes do BES tinham em aceder ao *rating*.

Aquele cliente específico que estava na situação financeira em que estava tinha facilidade; os clientes que eram os depositantes do Banco, muitas vezes, precisavam de dinheiro e não conseguiam.

Portanto, estou só, de certa forma, a tentar compreender como é que uma empresa que tem a situação financeira que tem — independentemente da ocultação do seu passivo, já se sabia que tinha uma situação difícil — era classificada com BB no *rating*. Não sei se tem conhecimento enquanto administrador não executivo de como é que era feito este processo de avaliação de crédito, mas arrisco a perguntar.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — De facto, eu nunca participei em nenhum comité de risco nem de avaliações e não sei como é

que era avaliada diretamente cada empresa para crédito do BES. Não sei dizer.

Agora, sei dizer (e o Sr. Deputado referiu-se a isso) o seguinte: acho que a situação de 2008 até 2013 era complicada (e ainda hoje é) para muitas empresas, muitos ativos foram desvalorizados. Agora, se eram valorizados nas contas do *mark-to-market*, isso não sei. E também não sei como é que o BES avalia e dá os *ratings* internos a cada empresa, porque nunca estive envolvido nisso.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já agora, tendo sido administrador da ESI, como é que era a apresentação de contas na ESI aos seus próprios administradores?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Quanto à apresentação das contas na ESI, devo dizer que a ESI era uma *holding* sem atividade operacional. As empresas subsidiárias da *holding* com atividade operativa tinham a sua própria gestão, e eram gestores independentes, como acontecia na Rioforte e nos hotéis.

Não havia reuniões regulares, mas havia logicamente a reunião principal, uma vez por ano, da ESI e da Espírito Santo Control, em Lausanne, que era a assembleia geral. Nessa assembleia geral, eram apresentados todos os resultados, todos os balanços, todas as atividades.

Devo dizer que sobre a ESI, sendo uma *holding* não operacional, o Dr. Comandante começava por apresentar os mercados em si, os mercados portugueses, e, depois, passava a palavra, para uma apresentação da parte financeira, ao Dr. Ricardo Salgado.

Finalmente, o Dr. Manuel Fernandes apresentava os resultados e as atividades da não financeira e todas as áreas que pertenciam à não financeira, a Rioforte.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Descreveu-nos mais ou menos o processo e disse quem é que falava, mas o que gostaríamos de compreender é como é que eram avaliadas essas contas, qual era o processo de escrutínio. É que estamos a falar de uma *holding* que não tinha revisor oficial, que não estava regulada, que não estava supervisionada. E, pelos vistos, nem mesmo internamente havia grande preocupação com isso.

Para terminar, gostaria ainda de lhe colocar uma questão sobre as dúvidas que terá levantado, a certa altura, sobre a participação da Venezuela.

Que informações concretas é que foram dadas sobre o potencial investimento venezuelano? Quem eram os investidores? Quais foram as dúvidas que o Dr. Pedro Mosqueira do Amaral levantou sobre esses investimentos e as suas implicações políticas (presumo que as preocupações fossem políticas) e quais eram as implicações políticas das explicações que lhe foram dadas?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Está a referir-se à ESI, ao Grupo, não ao Banco, não é verdade?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estou a referir-me à reunião de 7 de novembro, em que é informada a intenção da Venezuela em adquirir dívida do Grupo e em que o Dr. Pedro Mosqueira do Amaral, tanto quanto sabemos, terá levantado dúvidas.

Ora, gostava de compreender exatamente por que surgem as dúvidas, quais eram os fundos venezuelanos ou as empresas venezuelanas por detrás desse anúncio de Ricardo Salgado, por que é que estava pensado esse investimento. Se manifestou dúvidas, é porque teria ilações a tirar das explicações. Portanto, pergunto-lhe: que ilações tirou das explicações?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Tendo eu as minhas relações na Alemanha, trouxe para o Grupo Espírito Santo e para o Banco Espírito Santo investidores, como a KFW, da Alemanha, que investiu na agricultura. Trouxe também para a Comporta investidores e também, muitas vezes, mais na parte relativa ao Banco, para as emissões emitidas pelo BES, onde tentava, como já disse, colocar a emissão à frente de bancos alemães ou também de os juntar aos *lead management*.

Agora, é normal que eu ponha em causa... Em 7 de novembro, começámos a querer uma *governance* nova, a pôr em cima da mesa o processo de sucessão e queríamos saber... Nós sabíamos que tínhamos um problema porque já tinha começado o ETRICC, já começava a saber-se das contas e a perceber-se. Então, agora, a nossa esperança logicamente era desenvolvermos um processo para saber como iria ser o futuro do Grupo. E isso seria com um IPO da Rioforte, trazendo novos investidores e novos acionistas.

Agora, se me dizem «vem aí um investidor venezuelano», apesar de eu nunca ter ido à Venezuela e não saber nada da Venezuela, gostaria de saber quem é esse investidor e o que é que é...

E se o Sr. Deputado teve acesso a essa gravação, deve ter ouvido que eu não recebi resposta.

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Para terminar, gostaria de colocar uma questão lateral. Pareceu-me (mas confirme por favor), pela sua intervenção inicial ou nas primeiras respostas que deu, que uma das tarefas que tinha era lidar com a gestão da dívida pública no BES.

Gostava só, e apenas a título de compreendermos o papel da banca na gestão da dívida pública, que nos pudesse informar exatamente em que período e com que valores lidou e com que mais-valias lidou durante esse período. Ou seja, gostaria de saber a partir de quando e até quando lidou com a dívida pública colocada no BES, qual foi o valor total que o BES adquiriu e qual foi a mais-valia total que o BES encaixou.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Como eu disse, entrei no Banco Espírito Santo em 1996, com contrato em 1997, e estive na área dos mercados financeiros. Entrei como um técnico do nível mais baixo, praticamente comecei do *scratch*. Como era na sala de mercados, de facto foi interessante porque foi quando começou a dívida pública portuguesa — Portuguese Government Bonds (PGB).

Então, foram nomeados uma série de bancos como *market makers*, que todos os dias tinham de cumprir 80% do tempo a dar os preços, o *bid* e o *offer*. E, de facto, fui para o Banco Espírito Santo e lidei com os preços, os *bid and offer*, o que foi até um prazer e foi um tempo interessante para uma pessoa que começa praticamente nos mercados de capitais. Então, estive como responsável, como *market maker*, para a dívida pública portuguesa, a meter o *bid* e o *offer*.

Agora, Sr. Deputado, eu não estive a gerir nenhuma carteira do Banco, eu estive a dar preços, estive a dar o *bid* e o *offer*, uma coisa muito simples. Praticamente, eu não comprava; eu só defendia quando havia

volatilidade do mercado. É que aquilo pode ser volátil e o *spread* entre o *bid* e o *offer* também muda e, aí, nós temos de adaptar.

Era um trabalho giro para uma pessoa que começou lá e que estava a ser introduzido nos mercados de capitais. Era uma coisa simples.

E também visitava as reuniões para a dívida portuguesa. Achei interessante. Eu era operacional.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tinha percebido que era responsável por essa colocação. Mas, sendo operacional, a pergunta...

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Nada disso, Sr. Deputado. Era nível 11 e bastante *newcomer*, *freshly*.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Dr. Pedro Mosqueira do Amaral.

Sr. Doutor, referiu há pouco que teve uma reunião no dia 29 de outubro de 2013 e que foi nessa reunião de 29 de outubro de 2013 que, juntamente com Ricciardi, começaram a pensar numa possível substituição do modelo de *governance* e, em particular, de Ricardo Salgado. Pode confirmar essa data e essa reunião?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não se importa de repetir, Sr.<sup>a</sup> Deputada, porque não consegui ouvir bem?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Falou, há pouco, de uma reunião de 29 de outubro de 2013, em que, juntamente com Ricciardi, discutiu uma alteração no modelo de governo da sociedade, em particular, a substituição de Ricardo Salgado. Pode confirmar essa reunião do dia 29 de outubro de 2013?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, posso confirmar essa reunião de 29 de outubro de 2013. Os tópicos, aí, seriam a mudança de *governance* e começar o processo de sucessão.

É que, logicamente, depois daquilo que soubemos pelo Dr. Pedro Queiroz Pereira e, mais tarde, com o ETRICC, tinha de acontecer alguma coisa, e uma delas seria... E para isso é que também nos foram chamar como membros novos do Conselho Superior. Então, nós entrámos para lá, para quê?! Sem votos... E eu também, desde o início, questioneei e expliquei por que deveria haver um aumento de membros no Conselho Superior, novos membros, e que até podia ser um conselho à parte para os novos se habituarem.

Mas acho que aqui a ideia inicial de haver novos membros no Conselho Superior foi também para haver mudanças. E, no dia 29 de outubro, essa foi uma das medidas para encetar um processo de mudança de *governance* e o processo de sucessão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E, nessa altura, já sabia que havia problemas na forma de gestão de Ricardo Salgado e na gestão do Grupo, principalmente na parte financeira? Essa era uma das razões que o levava a querer uma alteração no *governance*?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Acho que o nosso dever, o dever dos membros novos e da geração mais nova, era mudar esta situação. E quando digo «esta situação» refiro-me ao facto de haver praticamente só uma pessoa a decidir por todos. Por isso, queríamos ter novamente, à semelhança do que acontecia no passado, decisões em comum, queríamos saber o que se passava, transparência, mudar as contas, enfim, queríamos fazer uma série de mudanças, adaptando-as aos tempos de hoje.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas que problemas em concreto é que identificava, para além da falta de transparência, que levassem a uma necessidade tão radical de mudança de modelo de *governance*?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Pergunta-me que razão nos levava a querer mudar o *governance* e encetar o processo de sucessão, é isso?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É, sim.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, como já referi aqui, várias vezes e mesmo agora, a razão pela qual pensávamos que se deveria mudar o *governance* e pôr o processo de sucessão em marcha é que nós éramos uma geração nova (eu era o mais jovem) que iria substituir, ponto a ponto, os membros fundadores com voto.

Como referi, tínhamos membros que já nos davam bastante apoio e falavam connosco, membros fundadores, como o meu pai, como o Dr. Comandante Ricciardi, que aprecio cem por cento.

Agora, o que notámos, aliás, o que eu próprio notei nas reuniões era que as decisões apresentadas já tinham sido tomadas e já estavam em vigor, ou seja, não eram factos que eu pudesse decidir ou votar (sem voto não dá, mas isso não houve). Do mesmo modo, nos poucos anos em que pertenci ao Conselho Superior, também nunca soube como é que os administradores eram nomeados, nunca participei nessas decisões. Ou seja, nada disto passava por nós.

Há quem diga — e já o li em jornais — que o Conselho Superior era o núcleo onde eram tomadas todas as decisões do Grupo Espírito Santo. Lamento dizê-lo, mas não é assim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então, quem era o núcleo que tomava todas as decisões do Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Como já referi, nas reuniões do Conselho Superior em que participei, mas não tinha voto, as decisões eram apresentadas, não eram decididas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas por quem? Quem é que tinha essa prática?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — As decisões eram apresentadas pelo Dr. Ricardo Salgado.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — No dia 29 de outubro de 2013, quando se reúne para promover a substituição da liderança, já sabia que havia problemas e ocultação nas contas da ESI?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Bem, nós viemos a perceber, ou eu, pelo menos, como o mais jovem e não familiar — estando eu na Alemanha e com as funções fora do País, não tive nunca acesso às informações totais que, se calhar, havia em família ou com pessoas com posições executivas —, vim a aperceber-me disso praticamente nessa altura, quando houve o problema do Dr. Pedro Queiroz Pereira.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas por volta de outubro ou novembro de 2013 não precisou de esperar pelo relatório do ETRICC para saber que havia problemas nas contas da ESI e passivo escondido, é assim?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Absolutamente. Não sabia que problema era e que dimensão tinha. Sabia, apercebi-me que havia problemas e estive à espera que houvesse depois uma auditoria. Como se veio a saber, havia o ETRICC e havia uma auditoria ao Grupo e fiquei à espera disso, porque era isso que iria esclarecer as minhas dúvidas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E quando é que foi a primeira vez que conversou com Ricciardi sobre as dúvidas relativamente às contas da ESI e à necessidade de substituir Salgado?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu tive sempre uma relação até bastante boa com o Dr. Ricciardi e ainda tenho, graças a Deus, e também ainda pertenço à administração do BESI, do qual ele é Presidente. Tivemos várias conversas sobre tudo e uma das conversas foi sobre não haver transparência, não haver contas auditadas, não haver contas consolidadas, não haver as apresentações, por exemplo, trimestrais... Senti

que não tinha nenhum poder e que não havia transparência. Estava ali, provavelmente até a ter responsabilidade sobre uma coisa de que não sabia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas qual é o momento em que se reúne com o Dr. Ricciardi e começam a duvidar das contas do Banco e do Grupo?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não sei dizer-lhe agora qual foi o momento, mas já deve ter sido antes, em conversas pessoais, que nós dissemos: «Não sei o que se passa aqui, sabes disso?».

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas, por exemplo, foi em março de 2013? Em 2012? Em 2011? Situe-me em trimestres ou em semestres, o que for possível.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Foram mais conversas pessoais e não me lembro agora quais foram as datas. Quando começámos mesmo a preocuparmo-nos foi em meados de outubro, fim de outubro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, em março ou em abril, não houve nenhuma conversa com Ricciardi? Até porque Pedro Queiroz Pereira já aqui disse que começou a preparar o processo que levou ao Banco de Portugal seis meses antes e durante esses seis meses Ricciardi sabia do que estava a passar-se.

A minha pergunta é se também sabia, nesses seis meses antes da entrega do documento, que havia problemas nas contas do GES.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não, não, eu não sabia e também nunca tive contacto com o Dr. Pedro Queiroz Pereira. Não o conhecia pessoalmente e nunca tive contacto com ele. E, para ser sincero, se o Dr. Ricciardi teve conhecimento disso, não me foi dado a conhecer diretamente. Mas nós tínhamos as nossas perguntas e as nossas dúvidas, isso sim.

Mas não posso dizer que desde março ou abril já soubesse de alguma coisa, não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Alguma vez reuniu com Sobrinho para discutir o problema da sucessão, do BES e do GES?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Está a falar do Dr. Álvaro Sobrinho? Desculpe dizer, mas não, nunca tive diretamente contacto com o Dr. Álvaro Sobrinho, só quando fui uma vez a Angola e não fui recebido.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E sabe de reuniões entre Ricciardi e Sobrinho mais ou menos nessa altura, entre outubro e novembro de 2013, com o objetivo de discutir a liderança do BES e de ganhar apoios para afastar Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não e até é a primeira vez que ouço isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tem conhecimento que Sobrinho era acionista da Espírito Santo International?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Ouvi dizer, numa reunião, que o Dr. Sobrinho tinha uma participação, mas já não sei se era na ESI ou na Financial Group. Sei que ele era acionista, mas não sei dizer se era da Control ou da ESI.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E a partir de quando é que Sobrinho se tornou acionista da Control ou da ESI?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não faço ideia, foi antes do meu tempo e também nunca tive acesso a Sobrinho nem a nada que fosse relacionado com Angola. Mas sei que, quando ele teve de se demitir dos seus encargos no BESA, também vendeu a sua participação. Lembrome de ter ouvido isso numa reunião.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Já há pouco referiu que nem a Espírito Santo Control, que era a *holding* de topo, nem a ESI tinham operação, não tinham atividade operacional e, portanto, seriam empresas que não precisariam de muitos fundos. Eram detentoras de capital, sim, mas não mais do que isso.

Por que é que foi necessário emprestar 200 milhões à Espírito Santo Control, nos últimos tempos — 2012, 2013? Porquê esta necessidade de empréstimos das *holdings* de baixo às *holdings* de cima?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — É uma questão que eu também coloquei. Por que é que a *holding* de cima, que não tem operações nem ativos diretos, recebe um empréstimo da de baixo? Também nunca percebi bem isso, ainda por cima desses montantes. Foi uma coisa que também pus em questão, que também perguntei e que, de repente, me

apareceu... A Control, praticamente, não tinha grandes contas, eram apresentadas uma vez... Não estamos a falar da Control superior, que não é um órgão social; estamos a falar da Espírito Santo Control.

Eu também achei isso sempre um pouco estranho. Mas penso que desde que houve, no passado, vários acionistas que saíram e, porque aquelas ações não eram líquidas, a Control teve, provavelmente, de arranjar dinheiro para comprar as participações desses acionistas que saíram, o que, aliás, também deve ter acontecido quando o Pedro Queiroz Pereira saiu. Isso também deve ter sido financiado, de alguma maneira.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Que outros acionistas saíram da ES Control, além do Pedro Queiroz Pereira?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sei que houve, já no passado, acionistas que estavam relacionados com a família, mas não lhe sei dizer os nomes e, como digo, não tive acesso a Portugal, nem aos acionistas, nem conhecia o Grupo assim diretamente, como ele estava estruturado antes de eu chegar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não sabe dizer-me um único nome, uma única parte da família que tenha vendido ações da ES Control?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sei que há mas não me lembro dos nomes, para ser sincero. Provavelmente, seriam acionistas já desde que o Grupo foi fundado, mas não sei dizer os nomes. Gostaria de me lembrar mas, de facto, não sei.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Parece-lhe possível, então, que a Espírito Santo Control tenha tido necessidade de pedir emprestado à ESI para garantir a maioria da família Espírito Santo no capital da própria ES Control?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não sei se foi para garantir, não lhe sei dizer a posição da família na ES Control naqueles tempos. Não faço nenhuma ideia! A Sr.<sup>a</sup> Deputada está a perguntar-me se a família teve de se financiar, via sociedade abaixo, para manter a sua posição e a maioria, mas eu não lhe sei dizer isso, também foi antes do meu tempo. Não sei!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, também não quer especular sobre o destino desses 200 milhões. Não terão ido para... Passam-me quinhentas coisas pela cabeça, pergunto-lhe se não me sabe dar uma pista sobre o fim destes fundos.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Só lhe sei dizer que a minha família e eu nunca vimos nada disso.

Não, não sei responder a isso, até ponho isso em questão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que é que o Cadosch da Eurofin fazia nas reuniões da ESI, da ES Control e das *holdings* do Grupo?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Desculpe, o que é que o Sr. Cadosch fazia nas reuniões?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em que reuniões esteve, porque sei que a Eurofin era acionista da Espírito Santo Financial Group, segundo sabemos. Confirma essa informação?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não posso confirmar. Uma vez pedi uma lista de acionistas da Financial Group e, de facto, aparecia lá Cadosch, mas não sei referir-me a isso.

Mas, de facto, nunca vi o Sr. Cadosch em nenhuma reunião onde participei; só durante os *breaks* daquelas assembleias gerais que eram em Lausanne. De resto, não sei dizer nada sobre essa pessoa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas essa pessoa estava nas assembleias gerais só durante as pausas e a beber café ou estava durante as reuniões?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Nos anos todos em que estive lá e que acompanhava, como família, o meu pai, se ele estava lá nos *breaks* do café também estava sentado nas apresentações, absolutamente, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas a que título? Em nome de quem e em nome do quê? Ia observar? Era um convidado?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não sei a que título era, se estaria a representar algum acionista, porque havia muitas pessoas, de Portugal e do estrangeiro. Eu também convidava pessoas que achava interessante apresentar ao Grupo.

Não sei se ele ia lá como acionista ou se estaria a representar outros acionistas, nunca tive nada a ver com essa pessoa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E desde quando se lembra de o ver nessas assembleias gerais? Em que período se lembra de o ver? É que é estranho, porque, aparentemente, ninguém conhece uma pessoa que passa a vida nos corredores do Grupo Espírito Santo. Compreende a minha estranheza?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sei que o Sr. Cadosch ainda trabalhou para a Banque Privée durante muitos anos e via-se. Mas eu nunca estive, durante esse tempo, relacionado diretamente com o Grupo, só com o banco, sendo que nas outras partes do Grupo só entrei mais tarde.

O Sr. Cadosch era conhecido por ser visto, logicamente, e era conhecido por ser visto no Hotel Tivoli, quando ia para o banco, ou assim. E também era visto no banco. Mas só depois me apercebi, quando o Banco de Portugal me chamou e me perguntou sobre a Eurofin — em que não pude responder porque não sabia —, só depois é que comecei a relacionar Eurofin e Cadosch, isso tudo... Lamento dizer, mas até estou contente por não ter nada a ver com isso, com esse senhor; nem o conheço, nem é minha ideia conhecê-lo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Já aqui disse, mas só para ficar registado: quando é que teve conhecimento dos problemas no BES Angola, ao nível da carteira de crédito?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Quando tive os primeiros conhecimentos disso foi quando o Dr. Álvaro Sobrinho foi

distanciado do banco em Angola. De facto, teve de haver razões para ele ter sido distanciados do banco em Angola e para ser necessário uma nova *governance*.

Quando se tomou posse da parte internacional do BES Angola, o Dr. Morais Pires decidiu que houvesse uma mudança de *governance*, que, acho, também foi uma muito boa decisão e também foi aí que eu comecei a tomar conhecimento dos problemas no BES Angola, ao nível da carteira de crédito. Também nos conselhos de administração eram apresentados os créditos e tudo o mais...

Mas também digo que se há aqui *klein credits* de um certo montante e há os *klein deposits* de um montante mais baixo, há um problema; se o rácio de transformação é muito alto isso não convém a ninguém nem a nenhuma empresa, muito menos a um banco.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Há uma reunião em fevereiro de 2014 — acho que é no dia 21, mas não escrevi aqui — em que Ricardo Salgado estaria a queixar-se de Álvaro Sobrinho. Isto no início de 2014 e já no conflito entre BES e Sobrinho e o GES e Sobrinho e Ricardo Salgado terá dito, e passo a citar: «Os únicos imóveis possíveis de recuperar desta estratégia são as torres da Escom, se eles entregarem o pagamento». E continua: «O gajo...», ou seja, o Álvaro Sobrinho, e continuo a citar, «... pediu um financiamento de 800 milhões através de dois ou três veículos dele para comprar uns imóveis importantes dentro das torres e aquilo custava apenas 250 milhões».

Portanto, Ricardo Salgado denuncia uma operação em que Sobrinho terá pedido um empréstimo de 800 milhões ao BESA para comprar imóveis dentro das torres da Escom por 250 milhões e ter-se-á apropriado do remanescente.

Ricardo Abecassis terá dito: «É um bolo suficiente para pagar a muita gente para não ser perseguido...», e esta afirmação sobre «não ser perseguido» terá sido uma resposta a uma pergunta do Dr. Pedro Mosqueira do Amaral sobre se os angolanos não tomavam medidas contra Sobrinho.

Gostaria que me confirmasse esta conversa e que me explicasse por que é que os angolanos queriam perseguir o Sobrinho e por que é que o Sobrinho não tem de ter medo dos angolanos.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Perseguido ou não perseguido, isso não é problema meu, desculpe dizer-lhe.

Mas, logicamente, eu pus isso em questão: se é preciso um crédito desses, se um país como Angola dá uma garantia de vários biliões para carteiras de crédito que nós não conhecemos, sei lá onde é que o crédito está! E se o Álvaro Sobrinho teve meios para financiar uma coisa, sei lá o que é que aconteceu... Eu também me pergunto onde é que está todo esse dinheiro. Que está em algum sítio, isso eu sei e que há uma garantia para isso e que não há transparência dos *portfolios* de crédito acho muito suspeito, digo-lhe diretamente.

Gostaria também de saber, mas não sei. Ou melhor, se calhar, nem gostaria de saber.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas ajude-me a perceber por que é que perguntou no conselho superior se os angolanos não tomavam medidas contra Sobrinho. O que é que o leva a perguntar isto?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Desculpe dizer, mas se Álvaro Sobrinho tem liberdade de gerir créditos da maneira como ele pensa

gerir e se depois é necessário até haver uma garantia do Estado por causa dessa gestão, eu acho que toda a gente pode colocar a questão de saber se ele não tem o problema à volta dele... Eu não sei! A carteira também nunca a vi, mas também deve ser interessante saber da carteira do crédito ou nos nomes que estão por trás. Não sei! Não faço ideia! Nunca geri! Nunca estive lá para ver isso! Nunca tive essa possibilidade!

E essas são áreas em que é melhor eu não me meter, nem perguntar, porque já passei por isso e já perguntei, como o fiz nessa reunião que está a referir.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas confirma e é sua perceção que a carteira de créditos, de que não sabemos qual é o destino e que não tinham garantias, é da responsabilidade de Álvaro Sobrinho?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Se o Dr. Álvaro Sobrinho foi presidente da comissão executiva do BESA deve saber onde é que estão esses créditos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E nunca tiveram contactos com o Banco Nacional de Angola relativamente à qualidade desses créditos? Nunca o BES, na qualidade de sociedade-mãe que consolidava, pediu garantias colaterais e informações ao Banco Nacional de Angola sobre essa carteira?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Nunca tive contacto com qualquer autoridade angolana, nem com qualquer político, nem com qualquer governador do Banco central de Angola. Nunca tive contacto! Nunca tive nada a ver com o BESA. Desconheço isso totalmente, porque o

que me foi dito até agora e do que me apercebi até agora foi que, se calhar, há um sigilo bancário em Angola que não permite as pessoas que sabem falarem sobre isso.

Eu só disse aquilo que posso imaginar, mas não tenho nada a ver com isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Um negócio paralelo em Angola é a venda da Escom, que até hoje ninguém percebe o que é que aconteceu.

A venda de Escom dá-se em primeira mão em 2010, quando o senhor ainda não fazia parte nem tinha voto no conselho superior, em 31 de março há um sinal dado pela Newbrook de 52,2 milhões, e isto ainda não na altura em que o senhor fazia parte do conselho superior, mas tudo o resto já foi na altura em que o senhor estava no conselho superior.

No momento em que se percebe que o negócio da Escom não vai correr bem, o que foi feito foi passar a Escom da Rioforte para a ES Resources para que o prejuízo ficasse aí.

Gostaria que me confirmasse se era esta ou não a estratégia, ou seja, para que o prejuízo ficasse concentrado na ES Resources e não na Rioforte, que era uma empresa que se queria que viesse a atrair capital para a sua recapitalização, é que teve lugar esta operação

A minha pergunta é: tem conhecimento destas operações? Tem conhecimento do negócio da Escom? Sabe se, depois da ES Resources, a Escom transitou ou não ainda para outro veículo, de forma a, mais uma vez, limitar os prejuízos decorrentes desta operação?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Novamente trata-se de processos que tiveram lugar antes de eu ter entrado e estão num país com o qual eu nunca estive relacionado, que é Angola.

Eu não sei, pois, apesar de ter sempre havido a pergunta, sempre fomos mantidos na... Dizia-se: «agora, vai concretizar-se o negócio...» — não sei quantas vezes eu ouvi isso! Mas que nunca foi concretizado o negócio isso eu sei, porque até ao fim do Grupo nunca foi concretizado esse negócio. Havia sempre a Escom. Dizia-se: «está a reorganizar-se...», «está a resolver-se...», «já foi prometido...» Praticamente durante dois ou três anos, desde que eu entrei no Grupo, eu ouvi sempre a mesma conversa, mas o negócio nunca foi concretizado.

Agora, se se está a referir ao sinal que foi dado, nem sei para onde foi, para que contas foi, se foi para a Resources, se foi para a Rioforte, não sei se a Escom estava diretamente na Rioforte e, depois, foi passada para a Resources; só sei que havia um problema com a Escom e que nunca mais se concretizava a venda da Escom. Mas o sinal foi pago e não sei porquê!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas quem eram os compradores da Escom?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — O que eu ouvi sempre foi que eram investidores angolanos que iam comprar a Escom, ou que queriam comprar a Escom.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Que investidores?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Também gostaria de saber! Eu não conheço os investidores, não conheço as pessoas em Angola, não sei quem eram!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas isso foi discutido nas reuniões do conselho superior?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Discutido nas reuniões do conselho superior, dizendo-se até que estavam a ser tidas conversas com políticos de *level* mais alto para concretizar e para resolver o problema da Escom. Só que eu nunca vi aquilo ser concretizado e só ouvi sempre as mesmas conversas. Mas aquilo nunca foi concretizado! Sobre quem eram os investidores, eu já ouvi que era a Sonangol. Pode ser e deve ser, pois a Sonangol tem uma potência grande e, se calhar, estava interessada na Escom. Não sei!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Com que políticos é que Ricardo Salgado estava a tentar resolver o problema da Escom?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não sei se era o Dr. Ricardo Salgado que tratava disso diretamente, ou se isso era tratado com o Dr. Hélder Bataglia, que estava à frente da Escom. Não sei quem é que tratava disso, mas houve conversas para desembrulhar o processo da Escom, para se terminar a negociação, mas acho que a negociação teve lugar durante vários anos, mas nunca mais chegámos a um ponto.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas as conversas foram tidas diretamente com o presidente de Angola, por exemplo, com José Eduardo dos Santos?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu não sei dizer com quem é que foi, nem sei quem é que teve as conversas e nem sei com quem foram as conversas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Disse-nos há pouco que sempre estive na Alemanha e que sempre trabalhou com interlocutores do mundo empresarial e do mundo financeiro na Alemanha.

Pergunto: alguma vez teve algum contacto com o consórcio de empresas alemãs que vieram a fornecer os submarinos a Portugal?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não! Nunca tive contacto com a German Submarine Consortium. Li bastante sobre isso, até em jornais alemães, mas nunca tive contacto.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Duas outras perguntas que não têm muito a ver com isto.

Primeira, quando é que o Banco de Portugal diz a Ricardo Salgado ou aos membros da comissão executiva do BES que têm de se afastar por questões ligadas à idoneidade ou à necessidade de troca de administração?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Do que me lembro do Banco de Portugal foi quando eu participei nessa reunião, a última reunião que tivemos no Banco de Portugal, que foi pedido que todos os familiares se demitissem do conselho de administração do Banco Espírito Santo.

Eu acho que foi em meados de junho, já não sei bem... Foi a única participação que eu tive diretamente nessa questão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas antes disso não se lembra de ter ouvido Ricardo Salgado a dizer que tinha sido pressionado pelo Banco de Portugal para abandonar o banco, ou ameaçado, ou qualquer coisa assim...?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Ameaçado ou pressionado não, mas acho que houve conversas e, do nosso lado, como estávamos à espera de um processo de sucessão e de mudança de *governance*, acho que isso tudo pertencia a um processo normal...

Agora, para o Dr. Ricardo Salgado ter estado até ao fim de junho como CEO do Banco Espírito Santo quer dizer que o Banco de Portugal não se deve ter referido muito — que eu saiba — a isso.

Mas sei também que o que era importante era manter e estabilizar o aumento de capital do banco e isso seria para o Banco de Portugal como para todos os outros.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não tendo sabido de nenhuma pressão visível sobre Ricardo Salgado para que se afastasse, queria que me respondesse a duas perguntas sendo a primeira a seguinte: quem é que escolheu Vítor Bento para suceder a Salgado no BES?

Segunda, qual é o processo de saída da família da parte não financeira? Há pouco referiu uma carta de março em que o Banco de Portugal pedia para sair da parte não financeira da ESI. Como é que se dá este processo? Quem é que o Banco de Portugal contacta? Com que argumentos? Quem é que sai? De onde? Quando?

Gostaria que nos pudesse explicar um bocadinho isto.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — O que foi uma determinação do Banco de Portugal foi que tinha de haver a separação da parte financeira e da parte não financeira, sendo que houve várias medidas tomadas. Aliás, eu demiti-me da ESI para não ter nenhum conflito de interesses entre a área financeira e a área não financeira.

Quanto à outra pergunta, perdi-me um pouco...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta visa saber quem é que escolheu Vítor Bento e se esse contacto do Banco de Portugal foi feito a todos os administradores que estavam na parte financeira e na não financeira.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu não sei diretamente quem é que escolheu o Dr. Vítor Bento. Eu nem conhecia o Dr. Vítor Bento. Não sei. Desconheço como é que o Dr. Vítor Bento... Ele foi falado em várias listas que nós preparamos de como é que podia ser uma nova *governance* e apareceu o nome do Dr. Vítor Bento, mas eu não sei dizer mais, porque nem o conhecia.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com a vantagem ou a desvantagem de ser o último a usar da palavra e havendo um conjunto de matérias que já foram respondidas, mas,

recentrando a nossa audição, a verdade é que queremos perceber como é que estão ou estiveram em causa 20% do sistema bancário português e se tivemos aqui aquilo a que alguém chamou «a tempestade perfeita» ou se tivemos forte mão humana.

Reconhecendo que há graduações e que este não é um processo preto/branco, reconhecendo que estão aqui em causa, além da instituição, pessoas e o seu bom nome, e, não querendo usar de ligeireza, mas, sim, de muita clareza, uma das coisas que tem provocado aqui alguma perplexidade é a forma relativamente solta como as pessoas se referem a cargos da maior responsabilidade como sendo cargos em que parecem meros espetadores privilegiados... Dizem: «eu sou administrador, mas não executivo...», «eu sou administrador, mas não tinha essa área...».

Então, vou começar por perguntar-lhe: que funções é que exerceu ou exerce no GES ou no BES?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr. Deputado, até é bom ter aqui ocasião de esclarecer isso, porque, de facto, eu tenho uma função e tive uma função de gerência na Alemanha, no BES GmbH, sendo que todas as outras funções que eu tive no Grupo e no BES foram não executivas.

Eu só entrei nas funções no Grupo Espírito Santo este ano. Eu praticamente estive entre um e três meses em cada função e depois demiti-me! Vou pedir desculpa por responder desta maneira, mas eu não tive tempo de, em um, dois ou três meses, perceber toda a situação... Não é?

Mas digo-lhe: primeiro, o meu voto foi a partir da data em que o meu pai faleceu, em 3 de março de 2014; segundo, as funções que eu tive nas empresas do Grupo foram neste ano, a não ser na ESI.

Se calhar, precisa das datas? Quer que lhe dê as datas?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Tenho aqui: conselho de administração do BES desde 2008.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Certo!

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Conselho superior do GES e da ESI desde junho de 2011.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Certo! Do conselho superior do GES e da ESI.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Então, a questão é esta: ocupando estas funções o que é que se esperava do Sr. Doutor nessas funções? Entende que as cumpriu cabalmente com a tal gestão prudente, sã, cuidadosa e diligente?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Vou referir-me ao Grupo Espírito Santo quando houve a abertura do conselho superior a membros de uma nova geração, em 2011 (sendo que não é uma função oficial), o mesmo acontecendo na ESI.

De facto, isso teve lugar desde 2011 e esse foi um processo normal para começarmos a entrar no dia a dia das empresas, mas não houve dia a dia, porque, primeiro, a ESI era uma *holding* sem operação, ou seja, era onde se acumulava todas as outras empresas que estavam por baixo e era apresentada na assembleia geral, anualmente, em Lausanne.

Eu aí tinha uma posição não executiva, não operacional e o meu dia a dia era, e é, na Alemanha, onde sou gerente de uma empresa alemã.

Isto é o que posso dizer sobre a minha posição na ESI e na Control de topo.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Qual era a periodicidade com que participava nas reuniões do conselho de administração do BES?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Tentava participar em todas as reuniões do conselho de administração, quatro vezes por ano. Tentava e fazia-o com muito interesse, porque, de facto, era interessante e era importante.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, esta não é a primeira audição da Comissão. Já houve um conjunto alargado de audições e, garantidamente, o senhor — vamos acreditar os dois — tem acompanhado com interesse o que se passa.

A verdade é que se começam a desenhar — estamos longe de conclusões — duas teses: uma tese, diria, patrocinada pelo Dr. Ricardo Salgado; e a outra tese é a do Dr. José Maria Ricciardi, sendo que estas duas teses são antagónicas, diria.

Do que ouviu, em qual delas é que se revê mais, face ao conhecimento e aos factos de que teve conhecimento?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Nunca tive acesso à informação que ambos tinham como executivos, tanto no BESI, como no BES, por isso, não vou poder dizer com qual dos dois me sinto mais ou menos... Sinto que estou numa posição totalmente diferente, primeiro, porque só entrei no Grupo este ano, à exceção da ESI; e segundo, não sou familiar e não estava perto deles para haver oportunidade de falarmos.

Desculpe lá, mas tenho de lhe dizer que essa pergunta não é assim... Se me pergunta se me identifico mais com o Dr. Ricardo Salgado ou com o Dr. José Maria, acho que nem dá para responder.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, vou ser mais claro: ambos descreveram as circunstâncias que levaram à situação em que o BES e o GES se encontram, sendo que um descreve-as de uma forma e outro descreve-as de outra forma.

Do que ouvi até este momento, pareceu-me que partilhava o conjunto de preocupações do Dr. José Maria Ricciardi, que, inclusive, disse que o BES era Ricardo Salgado e Ricardo Salgado era o BES. Ou seja, ele centralizava e geria a informação, e essa informação não chegava aos demais interessados com legitimidade para tanto.

Pergunto-lhe: a tese que José Maria Ricciardi nos trouxe é aquela que conhece e reconhece? Ou ele está enganado e foi Ricardo Salgado que nos transmitiu aqui exatamente a situação do BES?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Se me está a perguntar se as informações e o conhecimento estavam centralizados só numa pessoa, diria que sim.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Passo, agora, ao tema conselho superior, que, creio, é um órgão que lhe diz especialmente respeito.

Uma das primeiras questões que se colocou aqui — e até provocou algum riso — foi o problema das atas e das gravações. Tanto quanto sabe, existem atas e gravações até quando?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não lhe sei dizer a partir de quando é que houve ou não gravações.

Quando estou numa reunião, normalmente, há uma máquina que está a gravar no meio da mesa... Mas não lhe sei dizer a partir de quando. Essa pergunta parece-me muito relativa. Não lhe sei dizer a partir de quando é que as reuniões foram gravadas.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Quando é que começou a participar nas reuniões do conselho superior?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Desde que fui convidado a participar nessas reuniões, que, acho, deve ter sido a partir de meados de 2011, penso eu. Sim, é isso!

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — As reuniões em que participou, a partir de 2011, foram gravadas?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não sei se foram gravadas a partir de 2011. Não lhe sei responder a isso. Nunca achei muito importante o facto de haver atas escritas ou não... Como não era nenhuma posição oficial, não sei se era muito importante haver gravações. Mas não lhe sei dizer, não! Nunca notei a partir de quando é que houve essas gravações.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Se imaginasse como elas são importantes!

Ainda relativamente ao conselho superior e a essas reuniões, pergunto: qual era a periodicidade, mais ou menos, com que reunia o conselho superior?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Só sei que no último ano as reuniões foram bastante regulares. Ainda me lembro que, quando começámos a participar nas reuniões, em 2011, pedimos que houvesse reuniões mensais, que houvesse mais transparência, que houvesse mais dia a dia.

Inicialmente, penso que as reuniões eram de três em três meses — não lhe sei dizer bem — e depois é que passaram a ser de mês a mês, porque também tivemos interesse em que houvesse mais transparência.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, no conselho superior foram prestados esclarecimentos, tanto quanto se sabe, relativamente a alguns temas, nomeadamente: a Escom e os famosos 85 milhões; a liberalidade, chamemos-lhe assim, relativamente ao Sr. José Guilherme; o processo e a sua condução por parte do Dr. Ricardo Salgado com o Banco de Portugal; e, especialmente, a questão das contas da ESI e Machado da Cruz.

Uma perplexidade que se me sugere é a seguinte: numa reunião desta natureza, com pessoas que, maioritariamente, são família, foi feita uma pergunta clara sobre um tema grave e, aparentemente, a resposta foi dada ao lado, foi insuficiente e assim ficou. Era assim que ficava?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Pode dar um exemplo para eu poder responder? Pode ser, se calhar, o exemplo que tem *in mind*.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Como tenho *in mind* só o que li nos jornais, não queria estar a reproduzir os próprios jornais.

Em relação ao que li — por isso é que pergunto e não afirmo —, e isso até nos foi dito aqui por várias pessoas, o conjunto de respostas não foi satisfatório.

A pergunta que me assalta é a seguinte: então, por que é que não tornou a perguntar-se, uma vez que a resposta não foi satisfatória? O conselho era um órgão não oficial.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Em relação ao José Guilherme e aos oito... São 8 ou 14?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Começou em oito!

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu estive na reunião, ainda me lembro muito bem, e foi perguntado de onde vieram esses 14 milhões. A resposta que recebemos, para mim não chegou e eu achei... Bom, foi-nos dito que era é um assunto pessoal que nada tinha a ver com o Grupo e com o banco e que, por isso, pedia-se-nos respeito e que não se entrasse nessa conversa.

Enquanto membro, ou representante sem voto — só comecei a ter voto depois da morte do meu pai —, o que quer que diga à resposta que nos foi dada? Primeiro, disse que o dinheiro veio de uma comissão e, depois, disse que foi um presente... O que é que o Sr. Deputado quer que eu diga? Acho que a minha resposta está muita clara. Aceitar, não aceito e gostava que um dia isso fosse explicado, mas acho muito estranho.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Relativamente à questão do protocolo, pergunto: assinou o protocolo? O famoso protocolo foi assinado por quatro quintos e, depois, ficou congelado.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não foi assinado por quatro quintos, porque acho, como já lhe disse, que só estavam três pessoas com poder de voto nessa reunião.

Já não me lembro desse protocolo e se ele foi assinado só pelas pessoas que tinham um voto. Não sei se os outros também assinaram, mas, se tiver esse protocolo, gostaria de o ver para perceber por quem foi assinado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, permite-me?

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado.

*Neste momento, o Deputado do PSD Paulo Rios de Oliveira entregou ao depoente um exemplar do referido protocolo.*

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — O protocolo não foi assinado só pelas pessoas que tinham direito de voto, os outros também assinaram. E também não tenho nada contra.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — O senhor seu pai assinou?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sim, sim, assinou!

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — E o Sr. Doutor assinou?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Assinei, sim!

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, este protocolo é um documento, aparentemente, de uma enorme gravidade e de um enorme impacto.

Na sequência da assinatura do protocolo, que redundava na sua não consequência, porquanto na reunião seguinte deixou de assim ser, pergunto se acompanhou, embora não votando, a posição dos demais membros da família no sentido de retirar tudo o que constava do protocolo e manifestar novo apoio ao Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr. Deputado, ter voto ou não ter influência disso.

Já disse, nesta Comissão, que houve a reunião e que nós pedimos uma mudança de *governance* e o começo do processo de sucessão. Dia 7 de novembro, a confiança que se deu novamente ao Dr. Ricardo Salgado foi com duas condições: haver mudança de *governance*; e começar o processo de sucessão. Isto foi, claramente, aceite pelo Dr. Ricardo Salgado, portanto, o primeiro passo estava dado. Em relação a ele? Confio! Confiava...! Então, tivemos de lhe dar tempo.

Não está em questão se era válido ou não; nessa reunião de 7 de novembro chegámos ao primeiro ponto, que era importante, e chegámos ao acordo de que se ia mudar isso tudo. Então, para nós, era normal e dizíamos: «Ok, agora vamos começar!».

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — «Nós» significa que eram todos menos José Maria Ricciardi?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — «Nós» significa que ia acontecer alguma coisa e que íamos mudar a *governance*. Também era ideia do Dr. José Maria Ricciardi haver uma mudança no Grupo.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, ele abandonou a reunião a meio?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Abandonou a reunião, sim, mas isso deve ter sido por não ter voto, como eu também não tinha. Mas nessa reunião, de facto, foi dada confiança ao Dr. Ricardo Salgado.

Se ele abandonou a reunião, foi pelas razões dele e eu não tenho nada a ver com essa questão.

Vi, pela primeira vez, que havia uma vontade de mudança e isso para mim foi bom, ou seja, a confirmação e a aceitação de mudar a *governance* e começar a sucessão estavam lá. Graças a Deus que foi o primeiro passo.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Entendo isso.

O processo a decorrer no Banco de Portugal — dir-me-á se é assim ou não — tinha uma implicação brutal sobre o funcionamento e o futuro do banco, mas também tinha uma importância decisiva sobre a própria idoneidade dos administradores, ou seja, não era um processo menor para todos e cada um dos envolvidos.

O seu acompanhamento do processo foi feito de que forma?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não percebi a pergunta.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, há um longo processo de troca de informação entre o Banco de Portugal e o BES, quer por causa do *ring-fencing*, quer por causa da própria idoneidade, quer por causa da alteração do modelo de *governance*, e eu pergunto-lhe se acompanhou o processo só com base na informação que era transmitida pelo Dr. Ricardo Salgado do que estaria a acontecer ou se teve algum tipo de contacto direto — peço-lhe que esclareça isso — por causa deste assunto junto do Banco de Portugal.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Essa questão foi-nos apresentada sempre no conselho de administração do banco e no Grupo. Nunca tive contacto direto com o Banco de Portugal relativamente a essa questão.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, há um tema, esse sim, tão evidente, tão gritante e, aliás, referido de uma forma até muito sincera pelo Sr. Doutor há pouco, quando questionava como é que um Grupo que tem contas falsificadas pode esperar algum tipo de apoio seja de quem for, que eu gostava de abordar.

Quanto ao processo Machado da Cruz, gostaria de perguntar-lhe o seguinte: como é que obteve essa informação? O que é que fez com a informação? E alguma vez teve algum contacto com o próprio Machado da Cruz?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu obtive a informação sobre a falsificação das contas no conselho superior do Grupo Espírito Santo pelo Dr. Ricardo Salgado.

Qual foi a outra pergunta, Sr. Deputado?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Se alguma vez teve algum contacto com o Machado da Cruz.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Tive contacto com Machado da Cruz, mas nunca profissionalmente. Particularmente, sim, uma vez, quando quis ir a Miami pelo banco, ele tinha a gestão da torre e eu precisava de um quarto de hotel.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — A quem é que Ricardo Salgado imputou a responsabilidade por as contas não estarem corretas?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Ao Dr. Machado da Cruz.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Apenas e só?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Apenas. O que me disseram foi: «O Dr. Machado da Cruz falsificou as contas».

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Uma última questão tem a ver com o seguinte: no dia 24 de julho último, houve uma reunião de emergência do conselho superior, porque foi o dia em que foi detido o Dr. Ricardo Salgado, reunião essa em que foi dito — tanto quanto sabemos, mas precisava que confirmasse, pois eu não estava lá — pelo Dr. Ricardo Abecassis Espírito Santo que: «pelos estatutos do conselho superior, o Ricardo já não devia fazer parte, está lá escrito». Ao que o senhor terá replicado: «Estou há muito tempo de acordo eu, o Manel e o Comandante

sabemos de coisas que ainda nos vêm aí para cima. O dever do Ricardo era demitir-se».

A que «coisas que ainda nos vêm aí para cima...» é que se estava a referir? Se é que isto aconteceu.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Vamos ver: se um Grupo tem uns estatutos e eles são violados, acho que a pessoa devia demitir-se por si própria, diretamente. Se eu estivesse a violar algum dos estatutos, também seria posto fora.

Agora, o que é que referiu relativamente ao Comandante Ricciardi e ao Dr. José Manuel Fernandes?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — O senhor terá referido que a sua opinião era essa e a deles também, ou seja, que ele deveria ter saído. E, depois, acrescenta: «Sei de coisas que ainda nos vêm aí para cima».

Ora, ao ler isto, fiquei curioso e quis saber o que eram essas «coisas ainda nos vêm aí para cima», se é que isto foi dito, pois estas são as tais gravações que não tenho.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — O que posso imaginar que isso seja é a situação em que nos encontramos hoje. Essas são as coisas que nos vieram para cima — pelo menos, para cima de mim vieram. Um Grupo falido, um nome destruído e, hoje, estou numa situação, estou aqui sentado... É um prazer ou, se calhar, não... Mas, se tivesse sido diferente, não me encontraria numa situação destas.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — É tudo, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Dr. Pedro Mosqueira do Amaral.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, antes da segunda ronda, vamos fazer uma pausa de 5 minutos.

*Pausa.*

Recomeçando os nossos trabalhos, dou, desde já, a palavra ao Sr. Deputado José Magalhães, nos termos que me foram explicados e peço ao Sr. Dr. Pedro Mosqueira do Amaral que aponte as questões que lhe vão ser formuladas.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, serei breve, até porque o bom princípio de ter em conta as características específicas de cada testemunha deve ser aplicado e não temos nenhuma regra que nos dite um interrogatório em função de uma determinada hora, isto é, se devemos trabalhar das 16 horas até às 20 horas e 30 minutos, pois, antes disso, não teremos o dever cumprido... Não; podemos ter o dever cumprido, se a testemunha tiver prestado os esclarecimentos adequados.

Neste caso, as perguntas foram muitas, diversificadas e cobriram praticamente todos os terrenos e eu, a esta hora e nestas circunstâncias, só gostaria que ficasse fechado, entre aspas, isto é, esclarecido, o tema da venda de ações em janeiro.

Segundo informação indiciária de que dispomos, a testemunha terá vendido cerca de 142 500 ações a um preço médio de 1,3 € e ainda terá ficado com algumas na sua titularidade.

Gostaria de lhe perguntar se confirma esta informação.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Confirmo essa informação.

De facto, apesar de não saber bem qual o montante, devo ter comprado cerca de 130 000 ações, três anos antes de as vender (ainda me lembro que foi em junho, mas já não me lembro do ano), e, depois, no aumento de capital, tive a opção de adquirir novas ações, e aí foi um montante de 50 000.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Magalhães, suponho que terminou a sua intervenção.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sim, Sr. Presidente. Claro que sim.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, entrando na ronda dos 3 minutos, volto a dar a palavra ao Sr. Deputado José Magalhães, se ele assim o entender.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não, Sr. Presidente, esgotámos, pelas razões que enunciei, as perguntas a fazer.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado José Magalhães. Tem, agora, a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Pedro Mosqueira do Amaral, tenho três dúvidas muito pontuais.

A primeira dúvida é de fundo, pois tem a ver com o funcionamento quer do conselho de administração do BES quer do conselho superior de que fazia parte.

Disse-nos aqui que, quando se apercebe dos problemas, é através de denúncias do empresário Pedro Queiroz Pereira. Eu sei que Pedro Queiroz Pereira foi também acionista da Espírito Santo Control, mas o que pergunto é como é que era possível que ele tivesse conhecimento e noção de que havia problemas no Grupo e isso não fosse verdade em relação aos conhecidos cinco ramos da família e ao conselho superior. É que, para não saberem, há aqui alguma coisa de muito disfuncional.

Em segundo lugar, disse-nos também que os mais novos tinham pedido acesso a vários documentos e pretendiam várias mudanças. Gostaria de saber quando é que esse pedido foi feito no conselho superior, porque temos algumas atas, mas não todas, e não encontro nenhuma em que esse tema tenha sido abordado.

Em terceiro lugar, relativamente à carta que diz que assinou, do conhecido protocolo da mudança de *governance*, gostaria de saber, muito concretamente, quem é que se previa, nessa altura, que fosse o próximo presidente do BES.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Pedro Mosqueira do Amaral, quero fazer-lhe uma pergunta.

O senhor disse, há pouco, que, do conjunto dos bancos internacionais, nem o Aman Bank, na Líbia, nem o BESA, estavam dentro da área internacional, nem eram geridos de forma normal.

A minha pergunta é a seguinte: alguma vez questionou o porquê da estranha autonomia destes dois bancos? Que resposta é que obteve? Quem é que era responsável pelo banco na Líbia? Tem conhecimento de o banco da Líbia ter ajudado a tirar dinheiro de Kadhafi do país em 2011.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Clara Marques Mendes.

A Sr.<sup>a</sup> **Clara Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento todos os Srs. Deputados e, de uma forma especial, agradeço ao Dr. Pedro Mosqueira do Amaral a sua presença nesta Comissão.

Já aqui foram colocadas muitas questões, pelo que peço desculpa por voltar um pouco atrás, mas parece-me importante esclarecer o seguinte aspeto: o Sr. Doutor referiu que tomou conhecimento das contas falsificadas. Pergunto-lhe: exatamente em que data é que tomou conhecimento destas contas falsificadas?

E por que é que pergunto isto? Porque, a determinada altura, em resposta a algumas questões que lhe foram colocadas, referiu a reunião que ocorreu no dia 29 de outubro, data em que foi assinado o protocolo — portanto, esta reunião ocorreu já pela necessidade de, face a este conhecimento das contas falsificadas, tomarem determinadas posições — e eu pergunto-lhe se foi nesta data que tomou conhecimento, ou se foi posteriormente no conselho superior.

Uma outra pergunta que queria fazer-lhe diz respeito à entrada do Sr. Doutor, bem como de outros membros, para o conselho superior, altura em

que, como já referiu, começaram a solicitar outro tipo de procedimentos, designadamente mais transparência e contas auditadas.

Pergunto-lhe: foi exatamente a partir dessa data, ou seja, a partir de 2011, que começaram a solicitar esta maior transparência, ou isso só aconteceu posteriormente após terem conhecimento das contas falsificadas?

Uma terceira questão tem a ver com a gravação das reuniões do conselho superior, sendo que não lhe vou perguntar a partir de que data é que começaram a ser gravadas as reuniões, mas, sim, se as reuniões que teve, a partir do momento em que começou a integrar o conselho superior, foram, todas elas, gravadas. Portanto, não é a partir de quando começaram a ser gravadas mas, sim, se todas as reuniões em que participou foram gravadas.

O Sr. Doutor também referiu, a determinada altura, que, quando foi aberto o processo de sucessão, teve conhecimento de que estava indicado o nome do Dr. Amílcar Moraes Pires, dizendo o Sr. Doutor que as informações que tinha era de que estava tudo bem com o Dr. Amílcar Moraes Pires como CEO do banco. O que lhe pergunto é o seguinte: «informações que tinha» de quem?

Por fim, referiu que, quando solicitavam informações — e várias vezes solicitaram informações —, havia uma espécie de pirâmide e que as informações vinham do topo da pirâmide. O que pergunto é se essas informações não lhe chegavam e quem é que estava no topo da pirâmide.

O Sr. **Presidente**: — Por último, dou a palavra ao Sr. Deputado Relator, Pedro Saraiva, para algumas precisões.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Sr. Presidente, pretendo obter duas clarificações muito rápidas.

Em primeiro lugar, gostaria que reconfirmasse algo que me causou alguma perplexidade, quando nos confessou que 75% da dívida do Grupo era de curto prazo para suportar investimentos de longo prazo, porque isto contraria os mais elementares conceitos de gestão financeira. Como é que é possível um Grupo desta dimensão, com tanta gente tão conceituada na área financeira, cometer um pecado tão basilar?

A segunda clarificação prende-se ainda com a questão das ações. Peço-lhe que perceba o nosso ponto de vista, porque o Sr. Doutor não é um acionista qualquer, pois, no fundo, detinha 192 500 ações, vendeu 142 500 e ficou com 50 000, já depois de saber o resultado do ETRICC.

E há aqui um lado simbólico, pois representa um ramo da família, está no conselho superior. Então, pergunto: qual é o sinal que isto transmite quer aos colaboradores do BES quer comparativamente a outros acionistas que, de boa-fé, foram ao aumento de capital social?

É que a sua resposta é correta, se eu me vir apenas como um acionista normal, mas a sua relação com o BES é um pouco diferente desta. Assim sendo, gostaria de lhe dar a oportunidade de retomar este tema, porque eu próprio também suscitei esta questão ontem e acho que isto é muito pertinente para quem nos está a ouvir.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Pedro Mosqueira do Amaral, tem a palavra para responder a este conjunto de questões.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr. Presidente, vou responder pergunta a pergunta, para não me perder.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, agradeço-lhe as suas questões.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada começou por perguntar-me como é que o Dr. Pedro Queiroz Pereira pôde saber mais do que eu. O Dr. Pedro Queiroz Pereira —

ou já o pai dele — foi acionista desde o início e tem um acesso à família e ao Grupo que eu não tenho.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, só posso referir-me ao que eu sabia e não ao que os outros sabiam ou não sabiam, mas é normal que o Dr. Pedro Queiroz Pereira saiba mais do que eu no Grupo. Eu entrei bastante tarde, em 2011, e por isso nem tinha a informação. Aliás, só comecei a ter mais informação através do trabalho que o Dr. Pedro Queiroz Pereira teve, ao pesquisar o Grupo, o que veio ponto a ponto, e, depois, também havia conversas com o Dr. Ricciardi, em que eu ficava a saber coisas, que eu nem fazia ideia...

Mas é claro, para responder à sua pergunta, que o Dr. Queiroz Pereira tenha sabido mais do que eu.

Sobre a pergunta de quando é que começou o pedido de mudanças dentro da *governance* do Grupo, o que posso dizer — e já tomei esta posição — é que neste processo do Pedro Queiroz Pereira, de contas falsificadas e de tudo isso, nós também já há algum tempo...

Bom, primeiro, tínhamos uma função como novos membros e essa função era prepararmo-nos para gerir o Grupo no futuro. As pessoas estavam com uma certa idade e convidaram-nos para participar no conselho superior para mudança de *governance*. Então, nós começámos a pôr em questão — e não foi um ataque, nem nada disso; foi uma questão normal — o que é nós queremos mudar, o que é que dá hoje em dia, como é que a gestão de uma empresa tem de ser.

Espero que esta seja uma resposta suficiente para si.

O protocolo não previa diretamente o nome de quem é que iria substituir o Dr. Ricardo Salgado. Não havia diretamente um nome. Pode haver muita gente que estaria..., mas não havia um nome, não.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, em relação à sua questão do Bank Aman da Líbia e do BESA sobre por que é que havia uma outra gestão

desses dois bancos que não estava implementada diretamente no departamento internacional, como já referi anteriormente, gostaria de lhe dizer que o meu pai foi responsável pela área internacional e foi quem, praticamente, construiu toda a área internacional do banco após abril 1974.

Então, a pergunta sobre por que é que havia uma espécie de segundo departamento internacional que só tratava destes dois bancos foi uma pergunta que eu próprio coloquei durante muitos anos, pois eu também gostaria de saber por que é que aquilo não era um departamento internacional. Mas isso foi mudado quando o Dr. Moraes Pires ficou com o pelouro do departamento internacional, ou seja, quando o Dr. Moraes Pires ficou com essa responsabilidade ele tentou mudar não só a *governance* do banco em Angola como também tentou resolver possíveis problemas na Líbia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Desculpe interrompê-lo, mas a minha pergunta é a de saber se alguma vez colocou essa questão e obteve resposta. E tinha conhecimento de que contas no BES Líbia eram usadas para tirar dinheiro do país por parte do ditador da Líbia no final de 2011?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu, uma vez que não sabia nada do banco da Líbia, nunca tive diretamente informação de que houve dinheiros do Kadhafi, mas tive sempre uns rumores de que poderia haver aí algum problema.

Como também sou administrador de um banco em África, ainda hoje, sei que houve várias reuniões, ou melhor, várias conversas indiretas sobre a possibilidade de vender o banco da Líbia e, de facto, nessas ocasiões também foi dito que poderia haver alguns problemas no banco da Líbia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Que problemas?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Problemas, não sei quais, mas podia haver problemas nos bancos da Líbia com a gerência do banco da Líbia, que eu, aliás, nunca conheci.

Passando, agora, à Sr.<sup>a</sup> Deputada Clara Marques Mendes, que me perguntou quando é que eu soube das contas falsificadas, posso dizer-lhe que eu já não lhe sei dizer a data exata, mas foi quando o Dr. Ricardo Salgado apresentou esse facto, ou seja, quando disse que havia contas falsificadas. Já não sei dizer qual foi a data, mas deverá ter sido no final de 2013 numa reunião do conselho superior.

Eu entrei no conselho superior, fui convidado para participar no conselho superior em 2011 e, depois, logicamente, foi preciso uma data de tempo para me... Eu era o mais jovem, não sou familiar... Bom, eu não sei quando pedi mais transparência, mas esse é um ato totalmente normal! Nós somos chamados, como membros jovens, para nos prepararmos para o futuro do Grupo e é normal que peçamos mudança, que peçamos transparência, contas consolidadas, auditorias, etc... Esse é um processo totalmente normal e seria mau se não tivesse posto isso em questão.

Sobre a gravação das reuniões, eu não sei a partir de quando é que isso foi feito e já nem me lembro se eram gravadas antes...

A Sr.<sup>a</sup> **Clara Marques Mendes** (PSD): — Desculpe interromper, mas o que lhe perguntei foi se sabia se as reuniões em que participou foram gravadas ou não.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu não sei se eram gravadas todas as reuniões, mas sei que desde novembro de 2013 as reuniões foram gravadas. Eu sei porque recebi um *CD* e achei estranho ser só a partir de novembro de 2013... Se antes as reuniões eram ou não gravadas, não sei.

Sobre a questão relacionada com a nomeação do Dr. Morais Pires como CEO do banco pelo Grupo, a Sr.<sup>a</sup> Deputada pode ajudar-me a...?

A Sr.<sup>a</sup> **Clara Marques Mendes** (PSD): — Com certeza que ajudo.

Eu julgo que percebi que o Sr. Doutor referiu que foi informado na altura que estava tudo bem com a indicação do nome e eu perguntei quem é que teve essa informação.

Quando se falou aqui da questão da idoneidade, o Sr. Doutor referiu que, para si, a informação que tinha era que, sobre o nome apresentado, o do Dr. Amílcar Morais Pires, estava tudo bem e eu perguntei-lhe de quem é que obtive essa informação.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu penso que a única questão de idoneidade que envolvia o Dr. Morais Pires foi a de que ele, não sendo arguido, terá sido chamado por causa das ações da EDP, que teve um problema qualquer sobre informações privilegiadas quando o banco comprou algumas ações... Mas não faço ideia! Acho que esse foi o único problema, mas parece que o Dr. Morais Pires, naquele tempo, não foi arguido e iria ter a idoneidade para presidente do conselho executivo do Banco Espírito Santo.

Agora, quando é que foi decidido diferentemente, não sei!

A Sr.<sup>a</sup> **Clara Marques Mendes** (PSD): — Eu só queria saber quem tinha informado.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, com a palavra pirâmide que usei há pouco eu só quis dizer uma coisa: para mim a gestão no banco, porque no Grupo não era gestão, parecia uma pirâmide, porque quando a pessoa que está lá em cima dá só vagas informações todos os gerentes fazem a mesma coisa! É praticamente igual para todos e, então, sempre que eu queria informações sobre alguma coisa só recebia informações vagas e nunca recebia uma fotografia total da situação.

Quer dizer, para mim, a pirâmide é quando está um lá em cima e depois todos abaixo fazem o mesmo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E quem estava no topo?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — No topo está sempre o presidente do conselho.

Sr. Deputado Pedro Saraiva, quanto aos 75% de dívida do Grupo, eu nunca pude confirmar, mas suspeito, mais ou menos, que possam ser esse valor, ou seja, que 75% da dívida do Grupo Espírito Santo seja a curto prazo, a três, ou a seis meses, ou a menos.

Mas também lhe digo uma coisa: isso naquele tempo, se calhar, também era normal, porque o investidor e o credor não tinham o apetite de levar dívida a longo prazo; era uma questão de mercado.

Eu acho que todas as empresas, ou a maior parte das empresas, durante este tempo, tiveram muita dificuldade de se financiarem a médio prazo e os financiamentos e as emissões eram feitos sempre a curto prazo, o que quer dizer que a dívida aumentou para o curto prazo e esse curto

prazo para financiar imóveis ou participações a longo prazo, como já disse, não funciona. Mas se foram 75% ou...

Sobre as ações que eu tinha do BES, como já disse, comprei-as três anos antes com o meu próprio dinheiro, não me foram dadas, não foram bónus, nem foram opções nem nada disso; eu comprei-as, porque acreditei e, depois, acho uma semana mais tarde, aquilo começou sempre a cair, a cair...

Eu mantive as ações durante três anos e, se formos ver a curva e o desenvolvimento do *equity* do Banco Espírito Santo, de facto, ele começou a subir e se vir o preço a que eu vendi verá que «eu estou em casa»... *Break even*, nem perdi nem ganhei; o que eu perdi foram os três anos com o dinheiro sem poder usá-lo.

Aqui não houve nenhuma razão específica a não ser o preço para eu vender, eu não tive nenhuma informação, nem combinei isso com ninguém; esse foi um assunto pessoal e, aliás, fá-lo-ia também hoje em dia... Como se diz as ações são compradas com dinheiro e uma pessoa que precisa mesmo desse dinheiro não compra ações. Eu pude aguentar, graças a Deus, durante três anos até, como se diz, «chegar outra vez a casa», ao *break even*.

Eu vendi as ações sem nenhum lucro, sem nada e não houve nenhuma razão específica por ter informação, porque não a tive. Eu vi aquele preço, fiquei contente e pensei: «Até que enfim que, depois de três anos, posso vender as ações e não perder». Porque eu, durante três anos perdi e estava com valores bastante negativos, o que, aliás, é fácil de ver quando se observa a curva das ações do BES, ou seja, vê-se quando é que eu comprei, vê-se quando é que eu vendi e vê-se que «estou em casa».

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Se tivesse confiança de que aquelas ações iriam começar a render, porque o banco iria entrar numa rota melhor, também não as vendia... Mas, certamente, a desconfiança era muita em termos de benefícios!

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu comprei as ações, porque tinha confiança! Eu não compro ações para perder dinheiro...! Estive três anos a sofrer, mas quando chegaram a um ponto eu... Bom, também depois de três anos...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Magalhães, ainda pretende usar da palavra?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, apenas para garantir, enquanto está cá a testemunha, que nós confirmamos que respondeu à pergunta sobre a participação no aumento de capital de 2014. Eu tenho a perceção de que sim, mas dizem-me que não...

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu não participei!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — ... tendo vendido em janeiro...

O Sr. **Presidente**: — Já foi dito que não, Sr. Deputado!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não participou, em absoluto?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Não participei.

O Sr. **Presidente**: — Isso já foi dito, Sr. Deputado, claramente.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas, Sr. Presidente, a dúvida não é unicamente minha, mas muito obrigado pela precisão.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Mas eu posso responder a isso...

O Sr. **Presidente**: — Mas já respondeu.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Então, se já respondeu, já respondeu!

O Sr. **Presidente**: — Mas quer acrescentar alguma coisa?

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Eu necessitei de dinheiro para o aumento de capital do Grupo. Em 2014 foi a primeira vez, quando o meu pai faleceu, que fomos confrontados com a existência de capital que nunca se concretizou, e esse dinheiro eu perdi-o.

Quer dizer que eu tive de deixar uma data de dinheiro pessoalmente, já depois de março, na ES Control e aí, desculpe dizer-lhe, eu já não tinha mais dinheiro para poder participar em qualquer aumento de capital.

O Sr. **Presidente**: — Não queria deixar de dizer, Srs. Deputados, que discordo profundamente do uso do termo «testemunha» nesta Comissão de Inquérito. Testemunha é uma figura do Código do Processo Penal; na lei que regula dos trabalhos da Comissão usam-se os termos «cidadão» e «pessoas».

Portanto, mais uma vez, reitero que nós não estamos num tribunal, estamos numa comissão de inquérito, pelo que devemos ter cuidado com a terminologia e devemos ser rigorosos no uso da mesma.

Srs. Deputados, agradeço ao Sr. Dr. Pedro Mosqueira do Amaral o contributo que deu aos nossos trabalhos.

Vamos ter uma reunião de coordenadores já de seguida e retomaremos as audições amanhã.

O Sr. Dr. **Pedro Mosqueira do Amaral**: — Muito obrigado, por me terem dado a possibilidade de partilhar convosco o que penso, o que também foi necessário para mim.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 19 horas e 45 minutos.*

DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.